



RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADA



2020



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ricardo de Aquino Salles

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Fernando Cesar Lorencini

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL

Chefe de Gabinete

Mariana Bulat

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica e Modernização

Eliel Fontenele Silva

EDIÇÃO

Divisão de Gestão Estratégica e Modernização

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Vanessa Simas Figueiredo

Osvaldo Martins de Moraes Filho

REVISÃO DO TEXTO

Fernanda Oliveto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Marília Ferreira

FOTO DA CAPA:

Adriano Gambarini

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	6
SOBRE O RELATÓRIO	11
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	13
1.1. Conheça o ICMBio.....	14
1.2. Estrutura Organizacional	16
1.3. Estrutura de Governança	18
1.4. Cadeia de Valor	19
1.5. Ambiente Externo	19
1.6. Relacionamento com a Sociedade	20
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVA	23
2.1. Programa de Gestão de Riscos e Integridade	24
2.2. Programa de Integridade – INTEGRA +	25
3. GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA	27
3.1. Estratégia	28
3.2. Comissão de Ética	29
3.3. Atuação Correicional	29
3.4. Controles Internos e Atuação dos Órgãos de Controle.....	30
4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	33
4.1. Resultados Alcançados diante dos Objetivos Estratégicos e das Prioridades da Gestão	34
4.2. Gestão Orçamentária e Financeira	57
4.3. Gestão de Pessoas e Competências	72
4.4. Gestão de Licitação, Contratos e Patrimônio	76
4.5. Gestão da Tecnologia da Informação	80
4.6. Gestão de Custos e de Sustentabilidade	86
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	95
5.1. Informações Complementares – Demonstrações Contábeis	96
5.2. Conclusões de Órgãos de Controle (Interno e Externo)	96
Anexos.....	98

Mensagem do Presidente

Fernando Cesar Lorencini
Presidente do ICMBio



É com satisfação que apresento, por meio deste Relatório de Gestão Integrado, os avanços alcançados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio ao longo de 2020.

O Relatório foi elaborado com base no Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente – MMA e suas Entidades Vinculadas e permite à sociedade conhecer, de maneira objetiva, transparente e acessível, o trabalho desempenhado nesta Autarquia.

Tendo por base o Mapa Estratégico, muitas iniciativas importantes foram continuadas e outras tiveram início nesse ano de 2020. Ressalto algumas das iniciativas mais relevantes na busca do fortalecimento institucional e na efetiva implementação das unidades de conservação federais – UCs.

No âmbito da perspectiva de “governança”, destacamos:

- a implantação da nova estrutura organizacional do Instituto;
- a publicação do Planejamento Estratégico Integrado, a aprovação da Cadeia de Valor Integrada, a institucionalização da Política de Gestão Estratégica, o estabelecimento da Agenda Estratégica 2020/2021 e a adesão ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – a TransformaGov; e
- a institucionalização da Política de Gestão de Riscos e Integridade, a estruturação do Programa de Integridade – Integra+, a elaboração do Plano de Integridade 2020/2021, a criação da Corregedoria, a publicação do Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do ICMBio e a aprovação do Estatuto da Auditoria Interna do Instituto.

No que diz respeito à perspectiva de “eficiência administrativa”, podemos destacar:

- a execução de 97,13% dos recursos orçamentários e de R\$ 39,3 milhões dos recursos de compensação ambiental;
- a execução de 98% do Plano de Desenvolvimento de Pessoa – PDP e um percentual de 32% de servidores capacitados;
- as melhorias na gestão de frotas, que acarretaram uma redução de 23% com gastos de abastecimento e 27% com gastos de manutenção; e
- a migração do Portal do ICMBio para o formato gov.br, a disponibilização de 300 kits para tornar o processo de auto de infração um procedimento digital e a publicação de 17 serviços digitais para o cidadão no Portal Gov.br.

Em relação aos resultados finalísticos que dizem respeito às perspectivas de “foco de atuação” e “resultados”, temos a satisfação de ressaltar:

- a inclusão de 13 unidades de conservação no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI e a publicação de 32 editais para a delegação de serviços de apoio à visitação em UCs;
- a contemplação de 75% das 1.173 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção em 48 Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs; e
- a realização de 925 ações de fiscalização ambiental em unidades de conservação.

Por fim, concluo que os desafios em 2020 foram enormes e que, para garantirmos o cumprimento da nossa missão, trabalhamos arduamente contando com profissionais dedicados e com o comprometimento de instituições públicas e privadas parceiras.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Academia Nacional da Biodiversidade	ACADEBIO	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs	DISAT
Advocacia Geral da União	AGU	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação	DI MAN
Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional	USAID	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade	DIBIO
Ambiente Virtual de Aprendizagem	AVA	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística	DIPLAN
Área de Proteção Ambiental	APA	Divisões de Apoio à Gestão Regional	DIAGs
Associação Brasileira de Editores Científicos	ABEC	Empresa Brasil de Comunicação	EBC
Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente	ABEMA	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	Infraero
Autorização para o Licenciamento Ambiental	ALA	Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais	ETIR
Autorizações para Exploração	AUTEX	Escola Nacional de Administração Pública	ENAP
Autorizações Prévias à Análise	APAT	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental	ENCEA
Bases Avançadas	BAVs	Florestas Nacionais	FLONAs
Caixa Econômica Federal	CEF	Fundo de Compensação Ambiental	FCA
Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes de Computadores da Administração Pública Federal	CTIR GOV	Fundo Global para o Meio Ambiente	GEF
Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação	CNPCs	Gerências Regionais	GRs
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos	CPAD	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	IBAMA
Comitê de Segurança da Informação e Comunicações	CSIC	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio
Gestor de Segurança da Informação e Comunicações	GSIC.	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	JBRJ
Controladoria Geral da União	CGU	Lei Orçamentária Anual	LOA
Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação	COTEC	Manual de Gerenciamento das Iniciativas Estratégicas	MGIE
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	CGGP	Ministério da Economia	ME
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit	GIZ	Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais	Mediare
		Núcleos de Gestão Integrada	NGIs
		Open Journal System	OJS

Digital Object Identifier	DOI		
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	OCDE	Sistema de Administração de Serviços	SIADS
Plano de Desenvolvimento de Pessoa	PDP	Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade	Sisbio
Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio	PEP ICMBio	Sistema de Cadastro de Pescadores em Unidade de Conservação	SI-PESC
Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção	PANs	Sistema de Gestão de Dados de Famílias Beneficiárias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável	SISFAMILIA II
Planos de Manejo Florestal Sustentável	PMFS	Sistema de Monitoramento da Biodiversidade	SisMonitora
Planos Operacionais Anuais	POAs	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	SIAFI
Política da Segurança da Informação e Comunicações	POSIC	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural	SICAR
Política de Gestão de Riscos e Integridade do ICMBio	PGRI-ICMBio	Sistema Nacional de Unidades de Conservação	SNUC
Política de Gestão Estratégica	PGE	Sistema Nacional do Meio Ambiente	Sisnama
Política Nacional de Educação Ambiental	PNEA	Termos de Compromisso de Compensação Ambiental	TCCA
Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado	TransformaGov	Tribunal de Contas da União	TCU
Programa de Integridade	Integra+	Unidades de conservação federais	UCs
Programa de Parcerias de Investimentos	PPI	Zona de amortecimento	ZA
Programa Institucional de Iniciação Científica	PIBIC-ICMBio		
Programa Nacional de Educação Ambiental	ProEA		
Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio	Programa Monitora		
Reservas de Desenvolvimento Sustentável	RDS		
Reservas Extrativistas	RESEX		
Revista Científica Biodiversidade Brasileira	BioBrasil		
Secretaria e Governo Digital do Ministério da Economia	SGD-ME		
Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal	SDPA		
Serviço de Informação ao Cidadão	SIC		
Serviço Florestal Brasileiro	SFB		
Serviço Florestal dos Estados Unidos	US Forest Service		



Sobre o Relatório

Este Relatório Anual traz os destaques da atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio em 2020 e busca apresentar à sociedade uma visão sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do Instituto promoveram a geração de valor público neste ano.

Para a elaboração do documento foi adotado o modelo de Relato Integrado, conforme orienta a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – TCU nº 187 de 09 de setembro de 2020 que trata sobre a prestação de contas anual, assim como demais normativos relacionados ao tema e publicados pelo Tribunal.

A construção deste relatório representa um desafio contínuo de aprendizado e aprimoramento dos processos

praticados na autarquia. Este novo modelo de comunicar tem contribuído, ainda, para um melhor entendimento da organização e do papel de cada unidade na consecução das principais entregas do Instituto à sociedade, resultando, sobretudo, em um amadurecimento institucional.

A seleção dos temas a serem incluídos no Relatório foi realizada levando-se em conta, sobretudo, o disposto no Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, normativo que aprova a Estrutura Regimental do Instituto, da Política de Gestão Estratégica desta autarquia, e do Planejamento Estratégico Integrado 2020-2023. As informações aqui contidas foram elaboradas pelas unidades organizacionais do Instituto, validadas pelo Comitê Gestor e aprovadas pelo Presidente do ICMBio.



1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



1.1. Conheça o ICMBio

O ICMBio é uma autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, e tem por missão formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Criado pela Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, o ICMBio integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama e é responsável pela gestão de cerca de 78,9 milhões de hectares terrestres (aproximadamente 9,1% do território brasileiro) e 92,5 milhões de hectares marinhos (distribuídos nas faixas de mar territorial, zona contínua e zona econômica exclusiva),

compreendendo 334 unidades de conservação federais – UCs, distribuídas em todos os biomas brasileiros.

As atividades do Instituto se concentram nas seguintes áreas: execução das atribuições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC; fomento de programas de pesquisa, proteção, preservação da biodiversidade; e desempenho do poder de polícia ambiental nas unidades de conservação federais.

O Instituto também é responsável por executar as ações do SNUC, instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, com as atribuições de propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

Onde estamos

As unidades de conservação federais são áreas naturais objeto de conservação, que possuem recursos ambientais com características naturais relevantes, as quais têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitat* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Elas ainda asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais

e propiciam às comunidades vizinhas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Essas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais.

As UCs são coordenadas por Gerências Regionais – GRs, uma em cada região geopolítica do País, com sedes em Cabedelo (PB), Santarém (PA), Goiânia (GO), São Paulo (SP) e Florianópolis (SC). Para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas, o ICMBio dispõe de Bases Avançadas – BAVs e Núcleos de Gestão Integrada – NGIs, vinculados às Gerências Regionais.

27 unidades
federativas

7 biomas

1. Amazônia
2. Pantanal
3. Cerrado
4. Pampa
5. Caatinga
6. Mata atlântica

1. marinho
costeiro



Missão

Formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável

Visão

Ser reconhecido como referência nacional e internacional na efetiva conservação e proteção do meio ambiente, no fomento do desenvolvimento socioeconômico sustentável e na produção de conhecimento

Valores

**Responsabilidade Ambiental
Comprometimento com o Resultado
Integridade na Conduta
Valorização do Profissional
Comprometimento com a Sociedade
Valorização do Conhecimento**

1.2. Estrutura Organizacional

O ano de 2020 refletiu o amadurecimento das práticas de gestão dos processos que permeiam todo o Instituto, resultando na necessidade de implementar ajustes organizacionais que propiciassem a otimização de recursos, a sistematização de iniciativas inovadoras e o aumento de produtividade em áreas com maior sinergia.

Desta forma, com a publicação do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, o Instituto, dentre outros rearranjos, passou a contar

com a atuação de um novo setor: a Corregedoria. A novidade acompanha o que já é realidade em outros órgãos do Governo Federal e traz ao ICMBio mais transparência e segurança jurídica para a atuação do servidor público.

Outra mudança é a forma de gestão das UCs, agora sob a administração de GRs. E vinculada a cada Gerência, respectivamente, temos as novas Divisões de Apoio à Gestão Regional – DIAGs, cuja atuação trará mais eficiência para o modo de gerir os recursos descentralizados e de aplicá-los nos processos executados pelas UCs federais.

ORGANOGRAMA

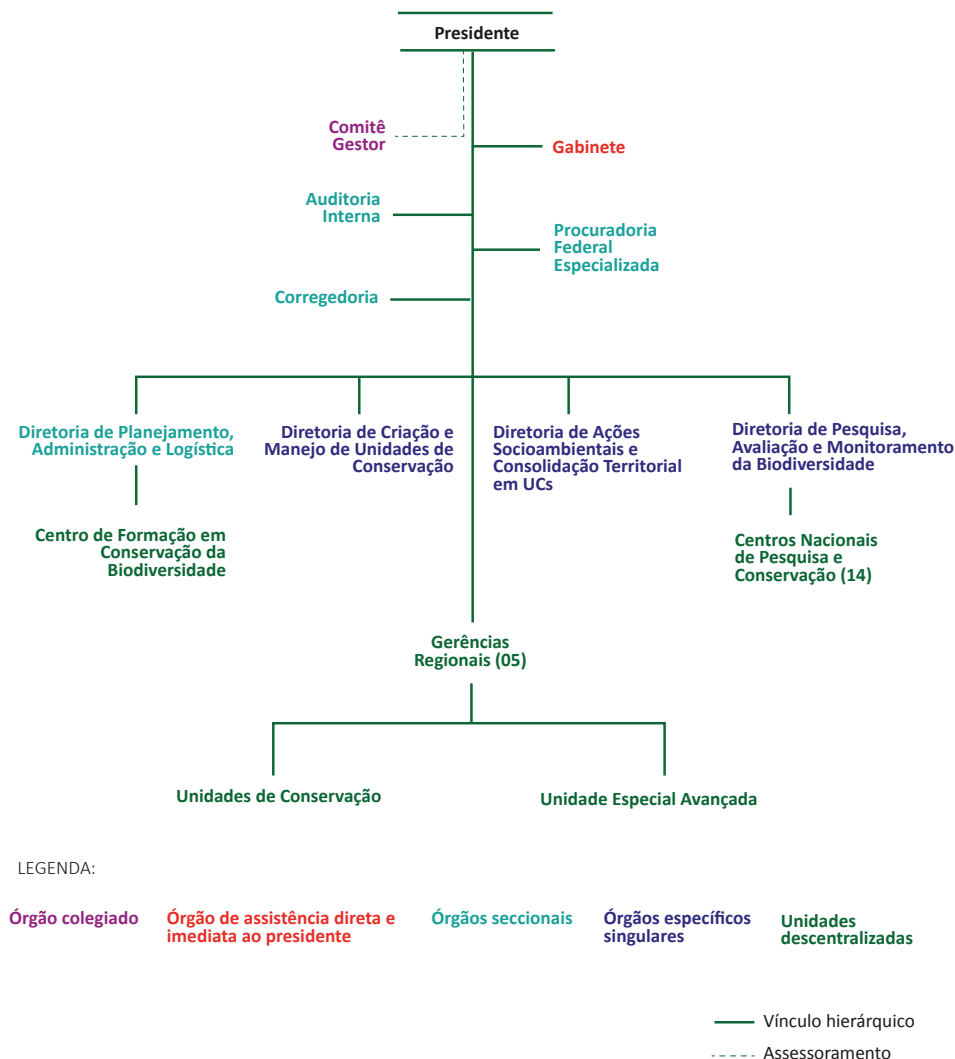


Imagem 1: Organograma
Fonte: Presidência do ICMBio

1.3. Estrutura de Governança

A estrutura de governança e gestão do ICMBio destaca o elo da Alta Gestão com as instâncias de governança e de gestão, a fim de otimizar o desempenho da Autarquia e o relacionamento com as partes interessadas.

A governança direciona, monitora e avalia a atuação da gestão com

foco no atendimento da estratégia governamental e das expectativas das partes interessadas, enquanto a gestão é responsável pela administração dos recursos, de forma a viabilizar a estratégia e os processos.



Imagem 2: Modelo de Governança
Fonte: Presidência do ICMBio

1.4. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor consiste em um instrumento de gestão que representa os produtos e resultados gerados, preservados ou entregues por uma organização. Representa, ainda, respostas efetivas e úteis às demandas de interesse público. Além disso, a forma como a Cadeia de Valor está estruturada tem grande serventia para comunicar ao público externo o que faz a instituição, ou ambientar os recém chegados na organização, ao proporcionar uma visão sistêmica da operação e dos processos/produtos entregues pela organização.

A Cadeia de Valor do ICMBio (Anexo 1) está alinhada ao Planejamento

Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas, (Anexo 2) com horizonte temporal de 2020 a 2023. É composta por 5 cadeias temáticas finalísticas e 3 cadeias de gestão e suporte. As cinco cadeias temáticas são: implementação de ações para melhoria da qualidade ambiental; ampliação e estruturação do uso público em UC; conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade; promoção do desenvolvimento sustentável e proteção dos biomas brasileiros, em especial da Amazônia; e aprimoramento dos instrumentos de controle, e fiscalização e promoção do licenciamento ambiental.

1.5. Ambiente Externo

Oportunidades	Ameaças
Inclusão de 13 unidades de conservação no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI: FLONA de Canela; FLONA de São Francisco de Paula; PARNA de São Joaquim; PARNA de Brasília; FLONA de Brasília; PARNA de São Joaquim; PARNA da Serra da Capivara; PARNA de Ubajara; PARNA de Anavilhanas; PARNA da Serra da Bodoquena; PARNA da Chapada dos Guimarães; PARNA do Jaú; e PARNA da Serra da Bocaina;	Contingenciamento orçamentário; Pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2); Incêndios florestal no Pantanal e Amazônia.
Elaboração do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023;	
Celebração de parcerias interinstitucionais para promover melhorias nos serviços de uso público nas UCs;	
Criação de força-tarefa para ações integradas no combate a incêndios florestais; e	
Ampliação de mais de 50% nas contratações de brigadistas para o efetivo.	

Tabela 1: Análise SWOT
Fonte: Presidência do ICMBio

1.6. Relacionamento com a Sociedade

Resultados dos serviços da Ouvidoria

A Ouvidoria é a área responsável por receber reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais manifestações dos cidadãos quanto aos serviços e atendimentos prestados pela Autarquia. Funciona como uma ponte entre o cidadão e a administração pública. Desta forma, a Ouvidoria fortalece a participação social na melhoria contínua dos serviços públicos prestados, aprimorando a gestão de políticas públicas ou combatendo a prática de atos ilícitos. Os assuntos mais demandados pela sociedade são os relativos à preservação e conservação e os ambientais, indicando que a Ouvidoria é um importante canal para subsidiar a tomada de decisão relativa às políticas públicas ambientais. As denúncias de supostas condutas irregulares de servidores são encaminhadas para as instâncias de apuração pertinentes – Comissão de Ética e Corregedoria, fortalecendo, assim, o ambiente de integridade interno.

As manifestações endereçadas ao Instituto são recebidas por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Sistema Fala.BR, mas é possível manifestar-se por e-mail endereçado à Ouvidoria (ouvidoria@icmbio.gov.br).

Como uma das instâncias de integridade do ICMBio e para medir a participação social por meio das manifestações

recebidas, foi instituído em 2020 o indicador estratégico: **evolução da participação social** para a área da Ouvidoria. Isso resultou em um acréscimo de cerca de 4,8% no número de manifestações recebidas e tratadas. No total, foram recebidas 983 manifestações, das quais foram respondidas 828, com 98% de respostas dentro do prazo previsto pela Instrução Normativa CGU nº 5, de 18 de junho de 2018. Devido à insuficiência de elementos para encaminhamento (falta de clareza, informações genéricas etc.), 119 manifestações foram arquivadas e 36 continuam em tratamento, por estarem dentro do prazo previsto pela citada instrução normativa.

Painel Resolveu?



Gráfico 1 Atendimento da Ouvidoria
Fonte: Painel Resolveu?

Disponibilizado pela Controladoria Geral da União – CGU, o Painel Resolveu? apresentou, no exercício de 2020, um percentual de 67,1% dos cidadãos muito satisfeitos ou satisfeitos com o atendimento da Ouvidoria do ICMBio, refletindo um acréscimo de cerca de 14% de satisfação em relação ao exercício de 2019. O valor sinaliza um fortalecimento da qualificação de atendimento por parte do Órgão. É importante ressaltar que a Ouvidoria tem o papel de intermediar as demandas dos cidadãos com as áreas finalísticas do Instituto, mas nem sempre a resposta fornecida é a que o cidadão gostaria de ouvir, podendo gerar, assim, a resposta de “não resolução da demanda”.

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Em 2020, o atendimento ao cidadão para informações solicitadas por meio da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) foi realizado também por meio do Sistema Fala.BR. Foram recebidos no Instituto 483 pedidos de acesso à informação, em uma média mensal de 40,25, com acréscimo de 16% de pedidos em relação a 2019, demonstrando maior interesse da sociedade na utilização do canal. Cabe ressaltar que 100% das demandas foram atendidas dentro do prazo de resposta exigido pela LAI, em um tempo médio de resposta de 13,81 dias, ficando, portanto, bem abaixo do que o permitido pela mencionada Lei (20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias).

Mídia social

A divulgação das principais ações, notícias e atos administrativos do ICMBio nas redes sociais digitais aumentou a celeridade e o alcance da comunicação do Instituto no ano de 2020. Para dar mais transparência entre a Autarquia e a sociedade civil, a estratégia de criação de conteúdo e gerenciamento foi manter uma periodicidade de publicações alta, com seleção de pautas relacionadas ao interesse público e à agenda ambiental, com ampla variedade de temas e conteúdo em diversos formatos (fotos, cards, infográficos e vídeos), buscando privilegiar os canais de contato direto com o cidadão.

O ICMBio está oficialmente em quatro redes sociais digitais:

• Twitter

No perfil do ICMBio no Twitter foram 5,5 mil novos seguidores, em 2020.

• Instagram

Em 2020, foram criadas 251 publicações para a página do ICMBio no Instagram. A página ganhou 52,5 mil novos seguidores no ano, em uma média aproximada de 1.000 novos seguidores por semana.

• Facebook

A página do ICMBio no Facebook tem um saldo de crescimento positivo – o que significa que a página cresce a cada dia, tanto em número de curtidas como em alcance. Isso é resultado da frequência de publicação na página: em 2020, foram criadas 247 publicações para a página do ICMBio no Facebook.

• Youtube

Os vídeos no canal somam 381,2 mil visualizações e 19,9 mil horas de vídeo exibidas.



2

RISCOS,
OPORTUNIDADES E
PERSPECTIVA

2.1. Programa de Gestão de Riscos e Integridade

Em 2020, o Instituto avançou no tratamento dos temas da Gestão de Riscos e da Integridade. Um dos aprimoramentos desse ciclo, com a publicação da Portaria ICMBio nº 255, de 1º de abril de 2020, foi a atualização da Política de Gestão de Riscos e Integridade PGRI-ICMBio, que permitiu reavaliar a existência dos comitês anteriormente instaurados, de forma a evitar burocratizações na execução da política, e a designação

de uma área responsável por articular e conduzir a referida política internamente.

Com a realização dessas medidas, pretende-se consolidar internamente a gestão de riscos, de forma a melhorar a governança institucional e aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos da autarquia.

2.2. Programa de Integridade – INTEGRA +

Destacamos, ainda, em 2020, a instituição do Programa de Integridade – Integra+, pela Portaria ICMBio nº 923, de 8 de setembro de 2020; um instrumento integrado à Política de Gestão de Riscos e Integridade do ICMBio – PGRI-ICMBio, e cujo objetivo é apresentar um conjunto de diretrizes, normativos internos de integridade e ações inter-relacionadas que devem ser adotados pelo Instituto com o propósito de prevenir, detectar, punir e remediar práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta.

O Integra + é operacionalizado pelo Plano de Integridade do ICMBio, documento que organiza as medidas de integridade a serem adotadas pela

Instituição nos próximos 2 anos. Ele foi construído a partir da identificação, análise e avaliação dos riscos para integridade que podem impactar no alcance dos objetivos estratégicos do ICMBio definidos no Planejamento Estratégico Integrado.

Tendo como referência as Recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE sobre integridade pública, o Programa foi desenhado com uma abordagem dependente do contexto comportamental e baseado em risco, com ênfase na cultura de integridade em toda a sociedade.

Informações adicionais sobre o Integra+ podem ser obtidas na página [Programa de Integridade](#) no site do ICMBio.



INTEGRA+

Programa de integridade do ICMBio

São diretrizes do Programa :

- I - comprometimento e apoio da alta administração;
- II - colaboração entre as instâncias interna de integridade e demais unidades organizacionais do Instituto;
- III - análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade;
- IV - monitoramento dos atributos do Plano de Integridade; e
- V - disseminação dos mecanismos de integridade a todos os servidores e colaboradores que atuam nas unidades organizacionais do ICMBio.

3

GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA



3.1. Estratégia

O ICMBio faz parte do Planejamento Estratégico Integrado do MMA e de suas Entidades Vinculadas, com horizonte temporal de 2020 a 2023, o qual é uma ferramenta de gestão que orienta os agentes responsáveis pela tomada de decisão e estabelece as prioridades a serem seguidas pelas instituições federais responsáveis pela formulação e implementação da política ambiental.

O Mapa Estratégico é a representação visual da estratégia da instituição, sintetizando os desafios e prioridades, em que cada atributo se organiza de forma balanceada, sempre considerando a interação de causa e efeito entre eles. Ele é dividido em 4 perspectivas: resultados, foco de atuação, governança e eficiência administrativa.

De modo a disciplinar os procedimentos internos para realizar a gestão estratégica no ICMBio foram estabelecidas diretrizes gerais e específicas na Política de Gestão Estratégica – PGE, instituída pela Portaria ICMBio nº 768, de 8 de julho de 2020. Tem como objetivo disciplinar os procedimentos internos para desdobramento, monitoramento, avaliação e prestação de contas da execução da estratégia. É o primeiro passo para uma mudança de cultura voltada ao alinhamento do desempenho organizacional e à governança pública – com foco no direcionamento, monitoramento e avaliação da gestão.

Por fim, para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, foi estabelecida pela Portaria ICMBio nº 1007, de 13 de outubro de 2020, a Agenda Estratégica 2020/2021, com as iniciativas estratégicas prioritárias no biênio. Ela representa a primeira camada do desdobramento da estratégia e contempla as iniciativas estratégicas prioritárias que serão operacionalizadas de acordo com o Manual de Gerenciamento das Iniciativas Estratégicas – MGIE do ICMBio para permitir o alcance dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico.

TransformaGov

Iniciativas para a modernização da gestão e governança do ICMBio são prioridades para esta gestão, e resultam em ações como a assinatura do termo de compromisso que permitiu a adesão ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – TransformaGov.

A iniciativa, intermediada pelo Ministério da Economia – ME, tem o objetivo de implementar medidas de transformação institucional, além de modernizar estruturas regimentais e aprimorar a gestão estratégica para o alcance de melhores resultados no Instituto. Ao todo, serão desenvolvidas 26 ações dentro de 4 objetivos que compõem o Programa governamental: governança e gestão estratégica; patrimônio e custeio; pessoas; e processos de trabalho.

3.2. Comissão de Ética

O ano de 2020 foi marcado pela publicação do Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, aprovado pela Portaria ICMBio nº 411, de 13 de maio de 2020. A proposta foi elaborada tendo em vista o respeito e o fortalecimento das relações interpessoais, e passa a ser referência de orientação fundamental para todos da casa.

Nesse ano, novos servidores foram nomeados para preencher cargos vagos na Comissão, ocupando vagas

importantes como: presidente e secretário executivo. Isso propiciou a aproximação com as Instâncias Internas de Integridade do Instituto que compõem o Programa Integra+, em especial a Corregedoria e a Auditoria.

Ademais, ocorreu ainda o redesenho do fluxo para o tratamento de casos cujos temas guardam relação com outras instâncias do Instituto. Foram iniciados os debates com a equipe do Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais – Mediare.

Comissão de Ética 2020

9 Denúncias recebidas;

27 Processos instaurados

1 Palestra sobre “Ética no serviço público e o uso das redes sociais”

3.3. Atuação Correicional

A Corregedoria do ICMBio é um órgão seccional introduzido recentemente na estrutura regimental do ICMBio pelo Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020. No entanto, apenas em junho, com a nomeação do seu titular, é que as atividades correcionais foram desvinculadas da Auditoria, órgão seccional que originalmente respondia por essas atividades na Autarquia.

A Corregedoria é uma das instâncias internas de integridade e atua na atividade correicional no Instituto, voltada à adoção de medidas de responsabilização de servidores e

pessoas jurídicas por práticas de corrupção, fraudes e irregularidades.

Cabe ressaltar que as ações da Corregedoria contribuem para uma gestão institucional mais qualificada e para o cumprimento dos objetivos estratégicos e, no Instituto, seguem o fluxo das atividades e dos procedimentos estabelecidos pela Portaria ICMBio nº 31, de 14 de janeiro de 2020.

Durante os primeiros meses de atividade, os esforços de gestão na unidade concentraram-se em sua estruturação. Como a Corregedoria

contava com apenas com 1 servidor, foi realizado processo seletivo para composição de seu quadro funcional, cujo resultado propiciou a ampliação do efetivo à sua disposição em 10 servidores: 6 atuam em regime de dedicação parcial e 4 atuam em regime de dedicação exclusiva ao setor.

No segundo semestre, a Corregedoria participou do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria ICMBio nº 893, de 25 de agosto de 2020, que definiu as regras, os critérios e fluxos para

tratamento, análise e encaminhamento dos autos de infração sobre os quais haja indicativo de ocorrência de prescrição.

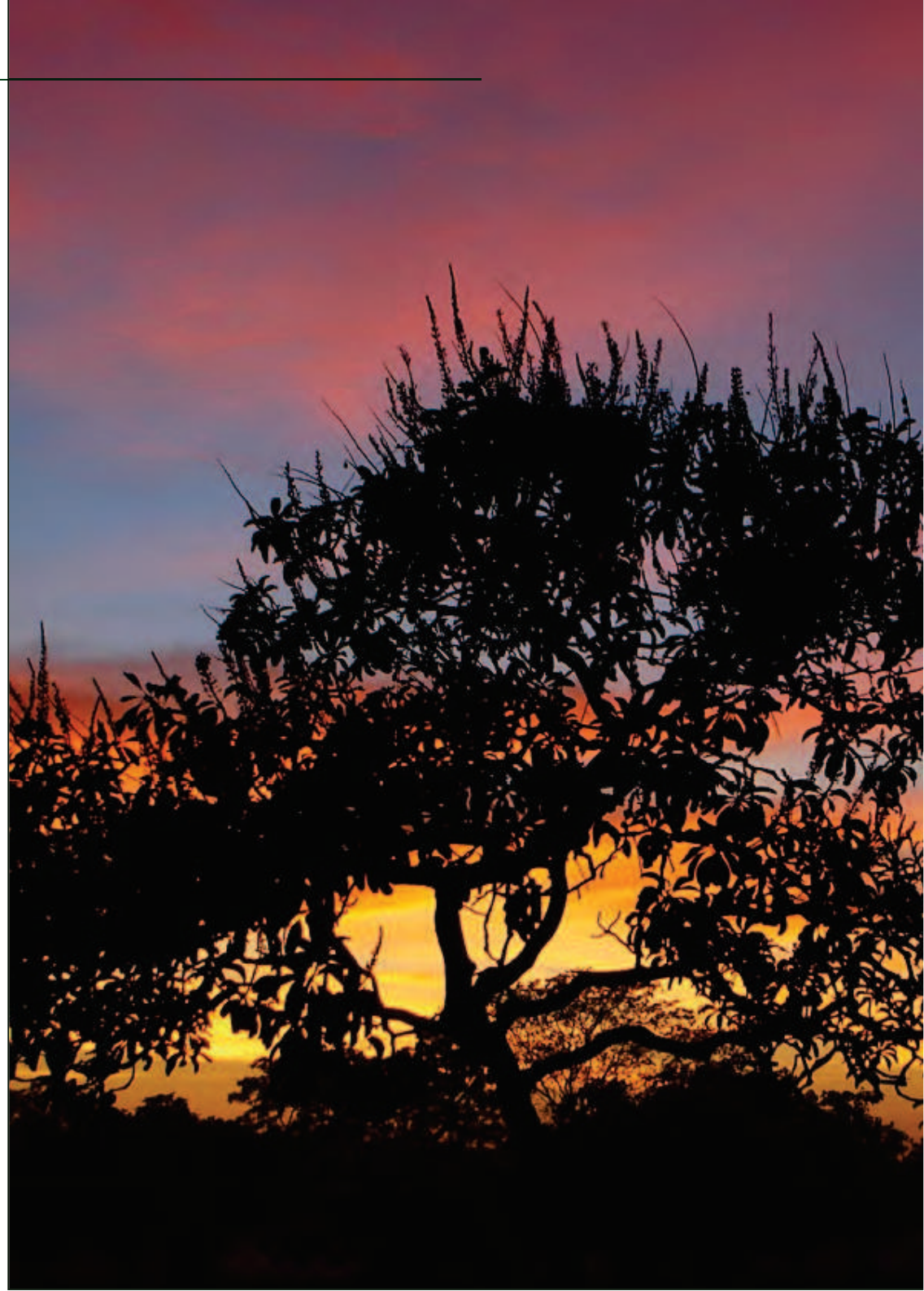
Destaca-se ainda que, nos últimos dois meses de 2020, a Corregedoria promoveu a capacitação de duas turmas em processo administrativo disciplinar para atender às demandas de qualificação dos servidores de seu quadro funcional e de outros servidores que atuam na condução de processos de igual teor no âmbito do ICMBio.

3.4. Controles Internos e Atuação dos Órgãos de Controle

Para fortalecer o papel da Auditoria Interna enquanto instância de apoio à governança, foi publicada, em 2020, a Portaria ICMBio nº 942, de 14 de setembro de 2020, que aprovou o Estatuto da Auditoria Interna do Instituto. O normativo tem como principal objetivo garantir requisitos mínimos para que a unidade possa exercer suas atribuições de forma eficiente, com independência e objetividade. O Estatuto foi validado em

reunião do Comitê Gestor, instância máxima de governança do Instituto Chico Mendes, e aprovado pelo Presidente da Autarquia.

As atividades realizadas pela Auditoria Interna estão disponibilizadas no Relatório de Atividades de Auditoria Interna – RAIINT 2020.



4

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Neste capítulo serão demonstrados os resultados alcançados pelo ICMBio em 2020, em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos, por meio de seus indicadores finalísticos. Ao todo, o Instituto atua em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas para o alcance de resultados em 21 objetivos estratégicos e em 30 indicadores que são monitorados e controlados trimestralmente pela Central de Resultados do Gabinete da Presidência desta Autarquia.

4.1. Resultados Alcançados diante dos Objetivos Estratégicos e das Prioridades da Gestão

Objetivo estratégico: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade e dos recursos naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos.

Indicador estratégico: número de planos de manejo publicados ou revisados (acumulado).

Meta 2020

Previsto	Realizado
21	23

Evolução do número de PM publicados ou revisados



Gráfico 2: Evolução do número de PM publicados ou revisados

Fonte: Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico – GEPLANES/Central de Resultados – ICMBio.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o SNUC, determina que todas as UCs devem dispor de um plano de manejo que abranja não só a

área da unidade de conservação, mas a sua zona de amortecimento – ZA e os possíveis corredores ecológicos. Segundo essa Lei, o plano de manejo é

o documento técnico mais importante de uma unidade de conservação, no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implementação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC. Os planos de manejo também devem incluir medidas que promovam a integração das UCs à vida

econômica e social das comunidades residentes e vizinhas. A meta para 2020 era de 21 planos de manejo publicados ou revisados, e o resultado foi de 23 planos de manejo publicados ou revisados. Apesar da pandemia, o resultado foi superior à meta, tendo em vista o número de planos elaborados em 2019 que tiveram a publicação realizada em 2020.

Indicador estratégico: número de termos de compromisso elaborados em unidades de conservação federais para gestão de interfaces territoriais com populações tradicionais.

Meta 2020

Previsto	Realizado
2	3

Diante do contexto da pandemia provocada pelo novo coronavírus em 2020, o Instituto reduziu suas atividades de campo relacionadas à negociação de conflitos territoriais, a fim de evitar que contribuíssem para a propagação da doença dentro das UCs e, consequentemente, a infecção da população local, especialmente as comunidades tradicionais. Por esse motivo, houve a reprogramação da meta prevista para o número de termos de compromissos elaborados a serem assumidos pelo ICMBio e as comunidades tradicionais afetadas.

Ao final do exercício fiscal, todavia, verificou-se que a nova meta prevista acabou sendo superada. Foram elaborados 3 novos termos de compromissos envolvendo as seguintes UCs:

- Parque Nacional do Jaú;
- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; e
- Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

No PARNA do Jaú, localizado entre os municípios de Novo Airão e

Barcelos, no Amazonas, o Instituto e os moradores das comunidades que vivem nos limites da unidade de conservação pactuaram, no termo de compromisso, as regras que estabelecem os direitos e deveres dessa convivência, garantindo a manutenção dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, respeitando o modo de vida das comunidades tradicionais. A vigência do documento é de 6 anos, podendo ser renovado mediante



avaliação dos resultados alcançados e análise das questões ambientais, sociais e gerenciais.

No caso do PARNA dos Lençóis Maranhenses, o novo termo de compromisso garante, de um lado, os objetivos que levaram à criação da unidade, e, de outro, assegura a sobrevivência das famílias tradicionais, destacadamente quanto às condições de uso e manejo da terra e outros recursos naturais.

Quanto ao termo de compromisso envolvendo o PARNA Marinho de Fernando de Noronha, sua elaboração permitiu a realização da pesca controlada para a sardinha (*Harengula clupeiola*) nos períodos de *swell* (quando o mar está mais agitado e formando

bastante ondas), sem conflitos com a atividade ecoturística e beneficiando diretamente 100 famílias de pescadores.

Conselhos gestores

Além dos resultados obtidos para o indicador supracitado, é importante registrar que o ICMBio possui, atualmente, 286 conselhos de unidades de conservação implementados, o que representa 86% de todas as suas UCs. Apesar das restrições impostas pela realidade de 2020, um levantamento feito com os gestores das unidades revelou a ocorrência de 149 reuniões virtuais de conselhos gestores no período, enquanto 151 unidades informaram a impossibilidade de realizá-las.

Indicador estratégico: número de imóveis avaliados para fins de regularização fundiária em unidades de conservação.

Meta 2020

Previsto	Realizado
9	25

Avaliação mensal de imóveis

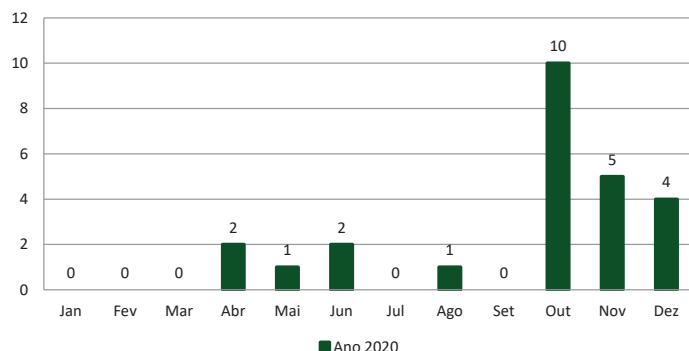


Gráfico 3: Avaliação mensal de imóveis

Fonte: Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico – GEPLANES/Central de Resultados – ICMBio.

Nesse indicador, a situação de pandemia obrigou o Instituto a repactuar a meta, originalmente traçada em 100 imóveis avaliados, para 9. No novo cenário, ao final do exercício, alcançou-se o resultado de 25 imóveis diretamente avaliados pelas equipes do Instituto Chico Mendes.

Além disso, em 2020, quase 7 mil hectares foram doados ao Instituto, por meio do mecanismo de compensação de reserva legal¹, enquanto mais de 114 mil hectares foram habilitados para futuramente serem transferidos ao patrimônio público, conforme demonstrado abaixo.



Regularização fundiária de UC via compensação de reserva legal em 2020:

Áreas Habilitadas para compensação de Reserva Legal

114.348,45 hectares

Áreas Doadas, via compensação Reserva Legal

6.910,68 hectares

Por meio do mecanismo da desapropriação, foram mais de 14 mil hectares desapropriados no período,

somando R\$ 41,7 milhões aplicados, conforme quadro abaixo.

Áreas desapropriadas e valores de indenização

Unidade da Federação	Área (ha)	Valores em R\$
Minas Gerais	2.893,66	13.102.933,51
Bahia	266,74	2.246.328,57
Rio Grande do Sul e Santa Catarina	67,93	452.920,22
Rio de Janeiro	28,68	393.872,28
Goiás	1.470,57	6.068.444,49
Rondônia	9.976,77	19.509.590,26
Totais	14.704,35	41.774.089,33

Tabela 2: áreas desapropriadas e valores de indenização

Fonte: DISAT

Em termos de consolidação territorial, em 2020 houve a verificação do limite de 22 UCs, a sinalização do perímetro

de outras 10 UCs, e a revisão de limites de 8 unidades de conservação.

¹ A compensação de reserva legal, mediante a aquisição e o repasse de imóvel rural privado dentro de unidade de conservação para o ICMBio, é prevista na legislação brasileira, no Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

Indicador estratégico: número de instrumentos de ordenamento do uso de recursos naturais em unidades de conservação de uso sustentável viabilizados no ano.

Meta 2020

Previsto	Realizado
15	14

Número mensal dos instrumentos de ordenamento do uso de recursos naturais

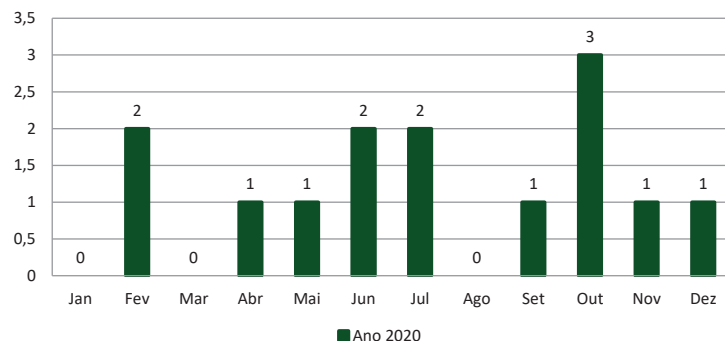


Gráfico 4: Número mensal dos instrumentos de ordenamento do uso de recursos naturais
Fonte: Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico – GEPLANES/Central de Resultados – ICMBio

O ICMBio tem historicamente buscado promover o uso sustentável dos recursos naturais como estratégia de conservação da biodiversidade, em sinergia com as comunidades tradicionais beneficiárias de Reservas Extrativistas – RESEX, Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Florestas Nacionais – FLONAs, que são parceiras nos esforços de proteção do patrimônio natural, do qual dependem para a garantia de seus meios de vida.

Em 2020, a meta prevista para novos instrumentos de ordenamento de uso dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável foi 93% alcançada, uma vez que os 14 novos instrumentos viabilizados no período aconteceram no contexto de pandemia, o que implicou, entre outras restrições, a redução de trabalho em campo. Os instrumentos aprovados foram:

- 3 Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS comunitários publicados em consonância com o disposto na Instrução Normativa ICMBio nº 16 de 04 de agosto de 2011;
- 10 Planos Operacionais Anuais – POAs aprovados e Autorizações para Exploração – AUTEX emitidas, referentes aos PMFS em execução; e
- 1 Publicação do Plano de Gestão Local do Guaiamum na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras.

Além desses, foram analisadas e avaliadas 6 Autorizações Prévias à Análise – APAT dos Planos de Manejo Florestal Sustentável.

Em termos de renda, a estimativa é de que planos de manejo florestal comunitários desenvolvidos na exploração de produtos madeireiros tenham gerado R\$ 39,4 milhões ao ano, contemplando diretamente 402 famílias beneficiárias.

Fortalecimento das cadeias produtivas

Com relação ao fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, visando à geração e ao incremento de renda em favor das comunidades locais, convém destacar as ações viabilizadas a partir de projetos especiais, como o Projeto de Cooperação Técnica firmado com a Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional – USAID, em que se prevê o apoio para fortalecimento das cadeias produtivas do açaí, pirarucu manejado, óleos e madeira objeto do manejo; e o projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, realizado mediante recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF. As ações citadas são:

- manejo do pirarucu na RESEX do Médio Purus, que rendeu anualmente mais de R\$ 381 mil para 151 famílias;
- produção de óleo de andiroba, realizada por 38 famílias, na FLONA do Tapajós, que acrescentou R\$ 31,6 mil à renda local;
- extração e beneficiamento da borracha natural na RESEX do Cazumbá-Iracema e na FLONA do Macauã, levando ao aumento em torno de R\$ 46,5 mil na renda de 22 famílias;
- produção de castanha do Brasil na RESEX do Cazumbá-Iracema, com a geração de mais de R\$ 33 mil para as cerca de 50 famílias que a realizam; e
- manejo de açaí na Resex Gurupá Melgaço, em que houve uma renda bruta estimada em R\$ 19,8 milhões contemplando cerca de 640 famílias.

Sistema de Gestão de Dados de Famílias Beneficiárias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável – SISFAMILIA II

Devido à pandemia, após março de 2020, tornou-se inviável a realização de reuniões e oficinas com as comunidades. Em seu lugar, foram reforçadas as ações internas e a articulação interinstitucional, entre as quais se destacam as tratativas visando à elaboração da versão 2.0 do Sistema de Gestão de Dados de Famílias Beneficiárias em Unidades de Conservação de Uso Sustentável – SISFAMILIA II, incluindo a incorporação de novas funcionalidades, a disponibilização na internet, a criação de aplicativo para celular e a readequação do próprio questionário. A expectativa é de que o sistema esteja em funcionamento em 2021.

Perfil de famílias beneficiárias

Sobre o perfil das famílias beneficiárias, instrumento que descreve as características que identificam as populações tradicionais das RESEX, FLONAs e RDS, foi publicada a Portaria ICMBio nº 202 de 13 de março de 2020 da RESEX Marinha de Soure. Seguindo a mesma linha, foram analisados outros 6 processos de perfil de famílias (RESEX Quilombo Frexal, FLONA Purus, RESEX Terra Grande Pracuúba, FLONA Balata-Tufari, RESEX Renascer

e RESEX Verde para Sempre), que aguardam o fim da pandemia para a promoção de discussões e aprovação pelas comunidades envolvidas. Assim, em 2020, foi atingido o total de 32 unidades de conservação com as portarias de perfil publicadas.

Sistema de Cadastro de Pescadores – SI-PESC

Outra ação realizada em 2020 foi a elaboração da estratégia para o cadastramento dos pescadores e para a elaboração do Sistema de Cadastro de Pescadores em Unidade de Conservação – SI-PESC, que será integrado ao SISFAMÍLIA II e ao Sistema de Monitoramento da Biodiversidade – SisMonitória. O SI-PESC será essencial para monitorar e cadastrar os pescadores e embarcações e viabilizar a emissão de licença para a atividade socioeconômica de pesca dentro de unidades de conservação. Além do ICMBio, outras entidades governamentais poderão se beneficiar das informações disponibilizadas por

esse sistema, a fim de aplicarem as normas vigentes, tal como o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA, conhecido como seguro-defeso.

Para viabilizá-lo, as discussões realizadas com gestores de UC e lideranças da pesca artesanal resultaram na elaboração de um fluxo detalhado, contendo a identificação dos passos para o cadastramento dos pescadores e os requisitos necessários para a elaboração do SI-PESC.

Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR

Em relação ao Cadastro Ambiental Rural, instrumento criado pela Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, com a finalidade de auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, foram inscritas, no ano de 2020, quatro unidades de conservação de uso sustentável no SICAR, a saber: RESEX Lago do Cedro, RESEX Itapetininga, FLONA Balata-Tufari e RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi.

Objetivo estratégico: viabilizar os serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável, em especial, em áreas protegidas e comunidades locais.

Indicador estratégico: número de editais de delegação de serviços de uso público publicados (acumulado).

Meta 2020	
Previsto	Realizado
10	32

Publicação mensal dos editais de delegação de serviços de uso público

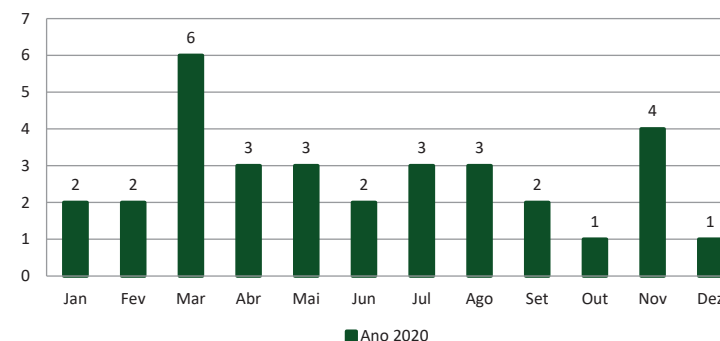


Gráfico 5: Publicação mensal dos editais de delegação de serviços de uso público
Fonte: Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico – GEPLANES/Central de Resultados – ICMBio

Os editais de delegação de serviços de uso público permitem que diferentes prestadores de serviço possam atuar na comercialização de alimentos, condução de visitantes, oferecimento de serviços de transporte aquático e terrestre e locação de equipamentos, diversificando, assim, o rol de oportunidades e experiências aos visitantes. No ano de 2020, foram publicados 32 editais para a delegação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação federais. Um dos editais se refere à concessão destinada à revitalização,

modernização, operação, manutenção e gestão de áreas dos PARNAS de Aparados da Serra e Serra Geral, localizados no Rio Grande do Sul; dois editais de permissão contemplam uma pousada no PARNA da Serra da Canastra e uma área e infraestrutura denominada Mirante do Boldró, localizada na Área de Proteção Ambiental – APA de Fernando de Noronha. Os demais editais fazem referência às autorizações para a prestação de serviços de apoio à visitação em 23 unidades de conservação.



Indicador estratégico: número de unidades de conservação com visitação monitorada (acumulado).

Meta 2020

Previsto	Realizado
132	141

O monitoramento da visitação em UCs tem crescido a cada ano e, mais uma vez, a meta institucional foi ultrapassada, alcançando o patamar de 141 UCs monitoradas no exercício de 2020. Até 2010, o foco de gestão da visitação era concentrado nos parques nacionais. A partir de 2010, a promoção e o monitoramento da visitação foram

ampliados para outras categorias de UC, com saltos significativos de monitoramento. Na década de 2000, eram 21 parques nacionais monitorados; em 2020, foram atingidas 141 UCs de todas as categorias de conservação previstas no SNUC e geridas pelo ICMBio.

Série histórica das unidades de conservação que monitoram a visitação - 2000 a 2020

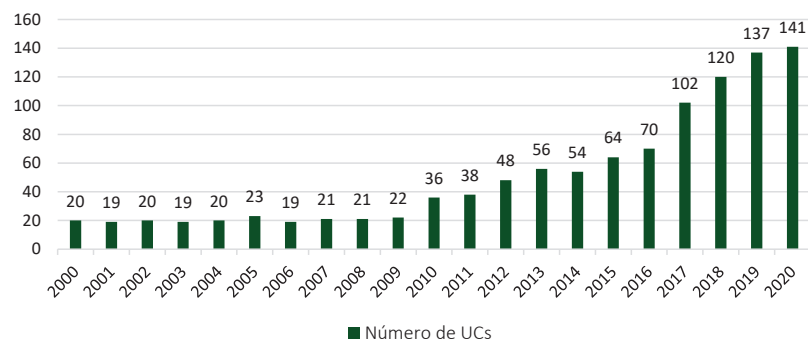


Gráfico 6: Número de unidades de conservação que monitoram a visitação – série histórica
Fonte: DIMAN

Atribui-se esse salto quantitativo no monitoramento aos resultados de capacitação e à melhoria qualitativa das equipes gestoras do ICMBio. Já há algum tempo o Instituto vem incentivando a geração e o reporte de dados, melhorando processos e procedimentos. Em 2020 foram realizadas duas ações que permitiram agregar novas UCs ao monitoramento:

- Manual de Métodos para Monitoramento do Número de Visitas em Unidades de Conservação Federais; e
- Minicurso de Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação.

Essas iniciativas foram parte de um projeto de cooperação internacional com o Serviço Florestal dos Estados Unidos – *US Forest Service* que

há vários anos contribui com a melhora na gestão da visitação em UCs. O incremento constante do monitoramento é resultado importante para o planejamento e a estruturação da visitação e do ecoturismo nessas áreas protegidas, ajustando as demandas de acordo com a categoria de conservação. Ainda que parques e florestas nacionais sejam as categorias mais monitoradas proporcionalmente, o maior incremento nas categorias reservas biológicas e estações

ecológicas reforçam a importância de UCs abertas e acessíveis ao cidadão – seja na forma de ecoturismo, seja para visita com fins educacionais. É a partir desses dados de monitoramento que se coavalia a demanda por prestação de serviços, assim como se inferem os impactos econômicos para a sociedade e para a economia brasileira. Um estudo realizado em 2019 mostra que cada real investido no ICMBio produziu 15 reais em benefícios econômicos para o Brasil².

² Para mais detalhes sobre os dados de visitação, acesse *Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e Breve Panorama Histórico*, um relatório consolidado com série histórica de 2000 a 2019.



Objetivo estratégico: promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional.

Indicador estratégico: número de espécies e subespécies avaliadas no período.

Meta 2020

Previsto	Realizado
1000	1989

A avaliação do risco de extinção das espécies da fauna brasileira é o processo técnico-científico que subsidia a atualização, pelo Ministério do Meio Ambiente, da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Em 2020, o ICMBio avaliou o risco de extinção de 1.989 espécies da fauna brasileira em 16 oficinas online e 3 presenciais. Vale ressaltar que a meta estipulada originalmente para o ano, de avaliar cerca de 3.500 espécies, era arrojada.

Entretanto, com as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, o desafio

foi replanejar as avaliações previstas, priorizando espécies mais simples de serem avaliadas, para que as avaliações pudessem ocorrer em oficinas por meio de videoconferências.

Com o objetivo de otimizar e atualizar os procedimentos da avaliação do risco de extinção das espécies da fauna, o Instituto elaborou e publicou a Instrução Normativa nº 9, de 11 de agosto de 2020, que passou a regulamentar o processo, em substituição à normativa anterior, a Instrução Normativa ICMBio nº 34, de 17 de outubro de 2013.

Evolução anual da avaliação do risco de extinção das espécies da fauna

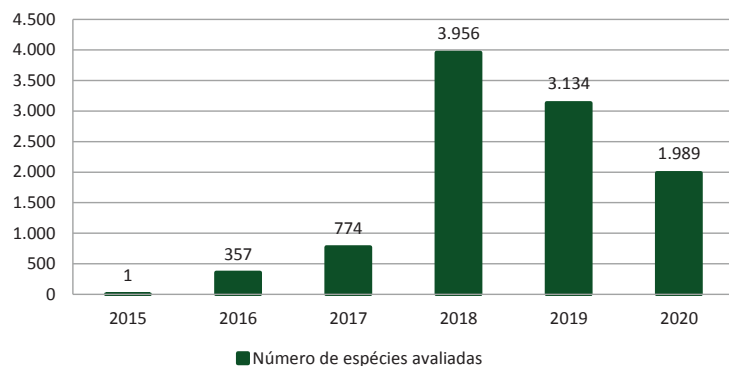


Gráfico 7: Evolução anual da avaliação do risco de extinção das espécies da fauna
Fonte: DIBIO

Indicador estratégico: percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação Nacional – PANs.

Meta 2020

Previsto	Realizado
73%	75%

Os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, para o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e de seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido em um horizonte temporal definido. São ferramentas que possuem, em sua essência, a participação e o envolvimento de diversos setores da sociedade, tais como: universidades e instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada, representantes de povos e comunidades tradicionais e, quando pertinente, pessoas físicas³.

Atualmente, das 1.173 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 884 (75%) estão contempladas em 48 PANs.

Diante dos impactos decorrentes da pandemia pela Covid-19, o ano de 2020 foi marcado pela adaptação,

criatividade e inovação da atuação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação – CNPCs do ICMBio, para garantir o engajamento da sociedade de forma virtual. Assim, ao longo do ano, 34 PANs foram monitorados e 2 novos planos começaram sua elaboração de forma totalmente virtual:

- PAN Cavernas do Brasil; e
- PAN Polinizadores.

Além disso, foi finalizada a elaboração do 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para conservação dos Rivulídeos⁴, com 125 espécies ameaçadas de extinção, das quais 72 ainda não estavam contempladas em PANs.

Buscando o aprimoramento da ferramenta e de o todo processo dos PANs, foi elaborado o curso EaD “Curso Planos de Ação Nacional: da concepção à gestão” que será oferecido em 2021; e foi ampliado o diálogo com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, buscando a sinergia das ações de conservação para a fauna ameaçada de extinção.

Dando continuidade ao processo de melhoria da divulgação dos PANs, foi desenvolvido um novo padrão para as páginas dos Planos no Portal do ICMBio no ambiente gov.br. Também foram publicados os Sumários Executivos dos PANs Papagaios (2º ciclo), Pato

³ Instrução Normativa ICMBio nº 21 de 18 de dezembro de 2018, Art. 12, § 1º.

⁴ A família Rivulidae (Ordem Cyprinodontiformes) está entre as mais diversificadas famílias de peixes continentais neotropicais, com mais de 450 espécies válidas (FRICKE *et al.*, 2020). Os rivulídeos, também conhecidos como peixes-anaís, são peixes de pequeno porte, raramente chegando aos dez centímetros de comprimento total, que vivem em ambientes aquáticos muito rasos, parcial ou completamente isolados de rios e lagos, como as áreas marginais de riachos ou brejos.

Mergulhão (2º ciclo) e Fauna Aquática do São Francisco, e foram impressos os Sumários dos PANs Pato Mergulhão (2º ciclo) e Plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção da Ictiofauna, Herpetofauna e Primatas do Cerrado e Pantanal – CERPAN.

Ademais, no que tange à divulgação para a comunidade científica, destacam-se a

apresentação do trabalho *"The diversity of actions in Marine Conservation Planning of Endangered Species in Brazil"*, no 6º Congresso Internacional da Conservação Marinha, ocorrido virtualmente em agosto de 2020; e do trabalho *"Ações de conservação de espécies ameaçadas em áreas protegidas: interface PANs x UCs"* no XI Seminário de Pesquisa e XII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio.

CENÁRIO ATUAL DOS PANs

Espécies ameaçadas de extinção contempladas em PANs

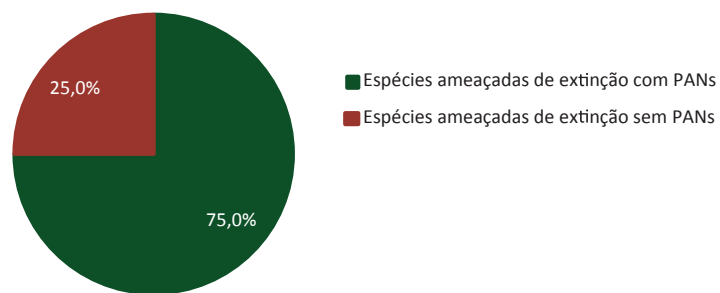


Gráfico 8: Cenario atual - Espécies ameaçadas de extinção contempladas em PANs
Fonte: DIBIO

Espécies ameaçadas de extinção contempladas em PANs

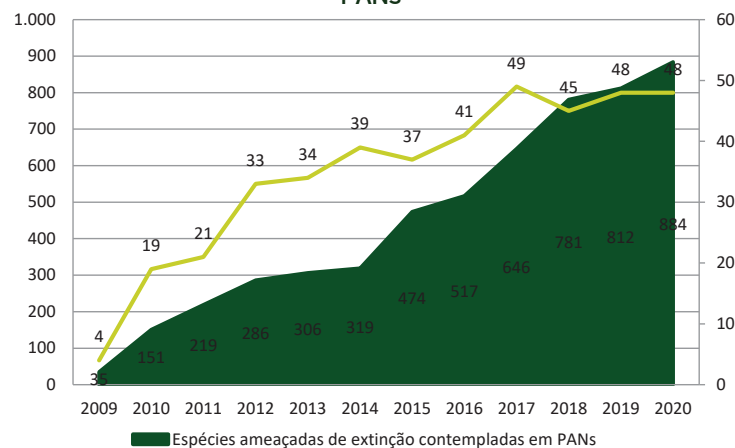


Gráfico 9: Evolução dos PANs
Fonte: DIBIO



Espécies ameaçadas de extinção contempladas em PANs por grupo taxonômico

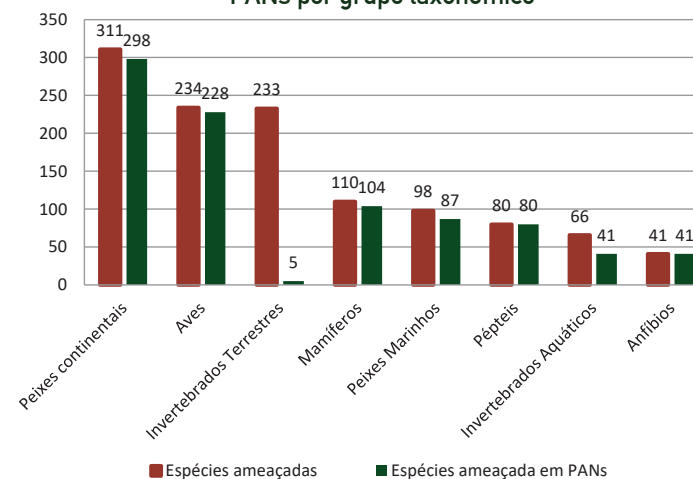


Gráfico 10: Espécies ameaçadas de extinção contempladas em PANs por grupo taxonômico
Fonte: DIBIO

Objetivo estratégico: promover o licenciamento ambiental federal, como mecanismo de desenvolvimento sustentável do País.

Indicador estratégico: aumento do percentual de respostas nos processos de autorização para o licenciamento ambiental dentro do prazo.

Meta 2020

Previsto	Realizado
18%	36,8%

O procedimento de Autorização para o Licenciamento Ambiental – ALA é uma parte do licenciamento ambiental e visa avaliar os impactos dos empreendimentos que possam afetar unidades de conservação federais.

Em relação ao indicador estratégico, foi adotado, como linha de base, o valor de 16%, que representa o percentual de ALAs emitidas dentro do prazo no ano de 2019. Assim, de um total de 38 autorizações emitidas em 2019, apenas 6 foram expedidas dentro do prazo normativo.

Para o ano de 2020, a meta de 18% foi um acréscimo gradual do resultado anterior, uma vez que diversos fatores influenciam no prazo de resposta. O resultado alcançado foi de 36,8% das ALAs emitidas cumprindo o prazo normativo, sendo 7 autorizações de um total de 19 para os documentos emitidos também pela Sede. Ressalta-se que o número de autorizações varia entre um ano e outro, pois são demandas externas, por solicitação dos órgãos licenciadores; contudo, a resposta ofertada dentro do prazo legalmente previsto gera credibilidade na prestação do serviço à comunidade.

O prazo normativo para manifestação no processo de licenciamento ambiental é de 60 dias, conforme previsto na Resolução Conama nº 428, de 17 de dezembro de 2010, e na Instrução Normativa ICMBio nº 10, de 17 de agosto de 2020, sendo um prazo exíguo para a complexidade do tema. A diminuição do prazo de resposta nesse procedimento, então, trata-se de um esforço para atendimento eficiente das diversas demandas e envolve diversos setores do Instituto, já que os processos tramitam nas unidades de conservação e na Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO, dentre outros, até a assinatura e expedição da autorização.

Tendo em vista essa situação, a DIBIO mapeou o trâmite e fez interlocução com os setores participantes do processo, de forma a tornar o procedimento mais eficaz. A ação culminou na publicação da supracitada IN ICMBio nº 10/2020, norma que estabelece, de forma clara, o papel de cada unidade no procedimento, proporcionando uma otimização do fluxo no processo organizacional.

Demandas atendidas no prazo

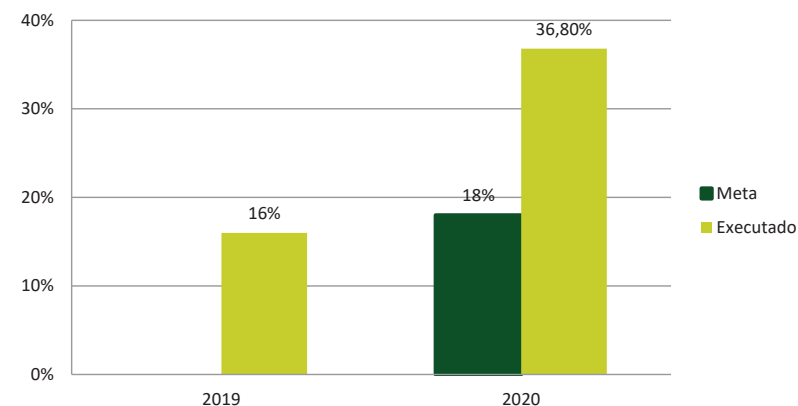


Gráfico 11: Demandas de autorização para o licenciamento ambiental atendidas no prazo
Fonte: DIBIO



Objetivo estratégico: promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais.

Indicador estratégico: percentual de unidades de conservação federais com plano de manejo integrado do fogo.

Meta 2020

Previsto	Realizado
30%	25%

Plano de manejo integrado do fogo é um instrumento entendido como planejamento específico do plano de manejo, utilizado para organizar as ações de prevenção e combate a incêndios florestais. Vale ressaltar que manejo integrado do fogo é uma abordagem que considera aspectos ecológicos, socioculturais e técnicos, e propõe o uso de queimadas controladas no início do período de seca, com vistas a garantir a conservação e o uso sustentável de ecossistemas. O objetivo é mostrar que o fogo pode ter impactos negativos e positivos a depender de como, onde, quando e o porquê é

utilizado, apresentando-se como uma estratégia para a redução de incêndios e para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

É importante ressaltar que, das 154 UCs beneficiadas diretamente com a contratação de brigadistas em 2020, 127 possuem brigadas específicas de prevenção e combate a incêndios florestais. Neste sentido, das 127 unidades de conservação com brigadas específicas, 32 unidades de conservação federais possuem plano de manejo integrado do fogo, o que corresponde a 25% de UCs com plano de manejo integrado do fogo.

UCs com ações de prevenção e combate a incêndios florestais

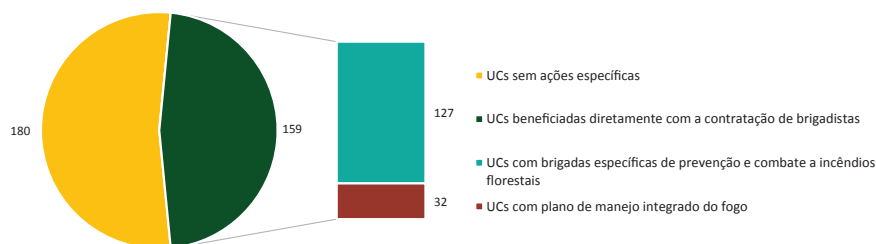


Gráfico 12: Universo das UCs com brigadistas/prevenção e combate a incêndio/PMIF
Fonte: DIMAN

Além disso, das 154 UCs, 113 possuem algum tipo de planejamento, não se confundindo com o "instrumento" plano de manejo integrado do fogo. Esse planejamento pode ser composto por Planejamento Físico Financeiro (curto

prazo, anual) e pelo Relatório Anual Consolidado (curto prazo, anual). Assim, essas 113 ou enviaram o Planejamento Físico Financeiro ou enviaram o Relatório Consolidado Anual, mas não o plano de manejo integrado do fogo.

Objetivo estratégico: implementar processos de formação e capacitação em temáticas ambientais e induzir práticas de responsabilidade ambiental em consonância com o desenvolvimento socioeconômico.

Indicador estratégico: número de vagas ofertadas pelo Programa Voluntariado para atividades voluntárias no período.

Meta 2020

Previsto	Realizado
300	1578

Número de vagas ofertadas pelo Programa Voluntariado

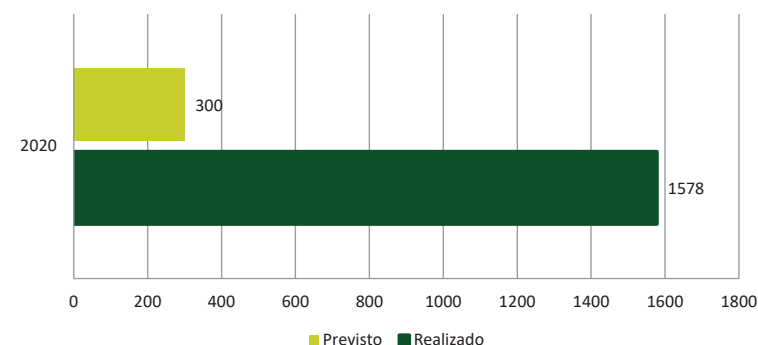


Gráfico 13: Número de vagas ofertadas pelo Programa Voluntariado para atividades voluntárias no período
Fonte: Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico – GEPLANES/Central de Resultados – ICMBio

A valorização e a promoção do voluntariado é uma frente de atuação com significativa importância para a gestão das unidades de conservação do ICMBio, uma vez que aproxima a sociedade da gestão socioambiental. O desenvolvimento do Programa Voluntariado permitiu perceber que, em vez de o número de adesão de UCs do

ICMBio continuar como indicador de performance, melhor seria substituí-lo pelo número total de vagas abertas para a atuação de voluntários. Assim, e considerando a flutuação da oferta de vagas, durante 2020 foram abertas 1.578 vagas para voluntários em suas diferentes ações, superando a meta programada.

Evidentemente, esse número teria sido maior, não fosse o fato de que as unidades de conservação estiveram fechadas durante alguns meses, e as atividades presenciais – que implicavam aglomeração – foram suspensas. Por outro lado, o Programa incentivou a realização de atividades a distância.

Vale informar que o Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado, para o ano de 2020, registrou um total acumulado de 37 mil cadastramentos de pessoas de todo o País, evidenciando o interesse das pessoas em se tornarem voluntárias no ICMBio e participarem da gestão do patrimônio natural brasileiro.

Educação ambiental

No que concerne à educação ambiental, destaca-se a elaboração de proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProEA

pelo ICMBio, cujo objetivo é nortear a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental – ENCEA nas UCs e nos Centros de Pesquisa e Conservação, com foco no fortalecimento dos processos de educação ambiental na gestão pública da biodiversidade, promovendo a participação social qualificada e a sociobiodiversidade. Também cabe ressaltar a elaboração do projeto pedagógico da Zona Costeira e Marinha, em parceria com o MMA e a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* – GIZ, agência alemã para o desenvolvimento sustentável, e o projeto pedagógico do Núcleo de Gestão Integrada de Carajás, que reúne representantes das universidades, dos órgãos públicos e da sociedade civil da região de Carajás, no Pará.



Objetivo estratégico: aprimorar a regulação e a efetividade dos instrumentos de controle e fiscalização ambiental.

Indicador estratégico: número de ações de fiscalização ambiental executadas em unidades de conservação.

Meta 2020	
Previsto	Realizado
622	925

Os dados das ações de fiscalização executadas foram coletados por meio dos Relatórios Consolidados de Ações Executadas 2020. Esse é um documento de envio obrigatório pelas unidades de conservação federais ao término de cada ação de fiscalização, o qual tem por objetivo consolidar as informações de campo, tais como data, efetivo empregado, autuações, ocorrências,

entre outros. Observa-se que, apesar do ano de 2020 ter apresentado alguns desafios para a fiscalização, como a pandemia da Covid-19, o número de ações de fiscalização ambiental executadas – de 946 – segue em uma crescente. O comparativo com o ano anterior apresenta um acréscimo de quase 10% nas atividades realizadas.

Evolução das ações de fiscalização Ambiental em UC

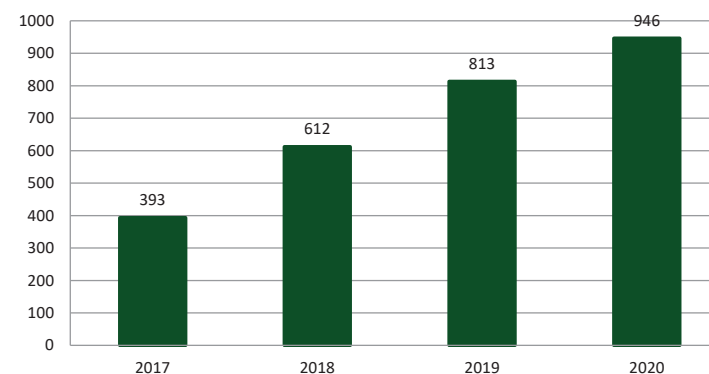


Gráfico 14: Evolução das ações de fiscalização ambiental em UCs
Fonte: DIMAN

Todo o esforço demonstra a capacidade de organização do ICMBio para a manutenção das ações, a participação

das UCs e o esforço da fiscalização no combate aos ilícitos ambientais e proteção às unidades.

Fiscalização em números

- 2.865 servidores do ICMBio;
- 1.441 policiais militares;
- 2.021 autos de infração;
- 601 embargos;
- R\$ 440 milhões em multas; e
- R\$ 133 milhões em bens apreendidos

Objetivo estratégico: gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos acerca do meio ambiente.

Indicador estratégico: número de unidades de conservação federais que implementam o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio (acumulado).

Meta 2020

Previsto	Realizado
93	94

O monitoramento da biodiversidade consiste na realização de um conjunto de atividades de longo prazo que permite avaliar as respostas de populações ou ecossistemas às práticas de conservação e aos impactos de fatores externos, como a perda de *habitat*, as alterações da paisagem, a sobre-exploração de espécies e as mudanças climáticas. Com ações balizadas pelo monitoramento, é possível criar estratégias para atenuar as pressões sobre os ecossistemas.

O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio – Programa Monitora foi instituído formalmente por meio da Instrução Normativa ICMBio nº 03, de 04 de setembro de 2017. É estruturado

nos subprogramas Terrestre, Aquático-Continental e Marinho-Costeiro, para os quais são estabelecidos componentes. Por sua vez, dentro dos componentes são previstos distintos protocolos (conjunto de procedimentos para coleta e análise de dados), parte deles utilizados em âmbito nacional, parte em âmbito local.

Em 2020, o ICMBio fortaleceu e ampliou o Programa Monitora, passando de 89 para 94 UCs com implementação de, ao menos, um protocolo de monitoramento. Um acréscimo de 5 novas unidades de conservação. Cada unidade que aderiu a esse Programa indica um enorme esforço de trabalho por meio de capacitação e organização de oficinas.

UCs com programa monitora

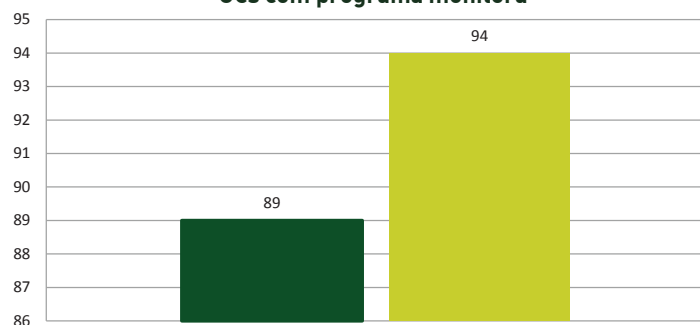


Gráfico 15: UCs com o Programa Monitora
Fonte: Sistema de Gestão de Planejamento Estratégico – GEPLANES/Central de Resultados – ICMBio

Ações desenvolvidas no Programa Monitora

- 32 eventos de capacitação, oficinas e reuniões;
- Lançamento do curso “Monitoramento da biodiversidade: gestão, análise e síntese de dados” em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP;
- Produção de 48 produtos de apoio (apostilas, manuais e publicações); e
- Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento da Biodiversidade – SisMonitora, para sistematizar os processos associados ao monitoramento.

É importante destacar que as ações relativas ao monitoramento da biodiversidade contam, para sua realização, com o auxílio dos 14 Centros de Pesquisa e Conservação.

Indicador estratégico: percentual de implementação do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio.

Meta 2020

Previsto	Realizado
30%	25%

O Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio – PEP ICMBio foi instituído pela Portaria n. 804, de 19 de setembro de 2018 e abrange todo o território brasileiro. Dentro das estratégias institucionais conduzidas para a conservação da biodiversidade dos biomas, o PEP ICMBio prevê, entre outros: linhas (temas) de pesquisa; produtos de gestão do conhecimento; apoio administrativo-financeiro de fundação ao desenvolvimento de projetos de pesquisa com recursos próprios, de compensação ambiental e/ou no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC-ICMBio; publicações de periódicos científicos; painéis de gestão para consulta da sociedade; cursos de capacitação; produtos de gestão do conhecimento e

campanhas de divulgação científica do Instituto.

Embora a pandemia tenha prejudicado as pesquisas que necessitavam de viagens e trabalhos em campo, as atividades que podiam ser realizadas a distância permitiram alcançar uma série de conquistas, como a realização do XI Seminário de Pesquisa e XII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio, realizado online, e com a participação total de 360 pessoas; e trabalhos apresentados na forma de vídeo-pôsteres.

Os 24 projetos desenvolvidos no âmbito da Chamada nº 18/2017 CNPq/ICMBio/FAPs – Pesquisa em unidades de conservação da Mata Atlântica e da Caatinga, financiados com recursos de compensação ambiental, tiveram sua

segunda reunião de acompanhamento e avaliação realizada, com grandes avanços na geração de análises e produtos aplicados à gestão das unidades de conservação onde estão sendo desenvolvidos.

Houve ainda o lançamento de 3 edições da revista científica Biodiversidade Brasileira – BioBrasil. A publicação teve, em 2020, uma série conquistas, como a atualização do sistema Open Journal System – OJS (sistema para automatização de processos editoriais), a atribuição do *Digital Object Identifier* – DOI por meio da assinatura de contrato com a Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC, a renovação de seu comitê editorial e o recebimento de submissões em fluxo contínuo além das edições temáticas. E, reforçando as estratégias de comunicação científica,

a pesquisa do ICMBio passou a ser divulgada no Instagram, no perfil @pesquisa.icmbio, com grande repercussão.

O primeiro painel de dados do Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade – Sisbio foi lançado, permitindo consultas sobre as pesquisas autorizadas pelo Instituto.

Diante da grande magnitude do PEP-ICMBio, do desafio de contribuir com as estratégias de conservação dos biomas brasileiros por meio da pesquisa e da gestão do conhecimento, e da excepcionalidade que marcou grande parte do ano de 2020, muitos projetos acabaram não sendo desenvolvidos conforme o planejado, razão pela qual a meta foi parcialmente alcançada, de 25% para 30%.

4.2. Gestão Orçamentária e Financeira

Objetivo estratégico: promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as entidades vinculadas.

Ao longo do exercício de 2020, o ICMBio desenvolveu suas atividades buscando a execução do seu orçamento de forma transparente e objetiva, em consonância com os objetivos estratégicos das áreas afins, o que resultou na execução de 97,13% da Dotação Atualizada de R\$ 719.621.000,00, representada por uma Despesa Empenhada de R\$ 698.955.000,00.

O resultado dessa execução é demonstrado nos itens subsequentes, destacando-se a execução orçamentária, financeira e contábil.

Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

De acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2020 (LOA/2020), foi consignado ao Instituto o valor de R\$ 621.805.000,00, que, após suplementações/cancelamentos no decorrer do exercício, resultou na dotação final da ordem de R\$ 719.621.000,00, conforme demonstrado na tabela 3.

Despesas Fixadas LOA/2020	(Suplementação / Cancelamento)	Despesas Totais Autorizadas/2020
621.805.000,00	97.816.000,00	719.621.000,00

Tabela 3: Dotação orçamentária do ICMBio
Fonte: DIPLAN

No que se refere à execução dos recursos em 2020, de um total de R\$ 719.621.000,00, o montante empenhado foi de R\$ 698.955.000,00, sendo liquidado o valor de R\$ 660.652.000,00 e pago R\$ 633.414.000,00.

A despesa empenhada corresponde, aproximadamente, a 97,13% da dotação atualizada da Autarquia. Desta forma, o saldo da dotação orçamentária foi de R\$ 20.666.000,00, sendo R\$ 3.135.000,00 de Reserva de Contingência.



Dotação atualizada, despesas empenhadas e saldo da dotação

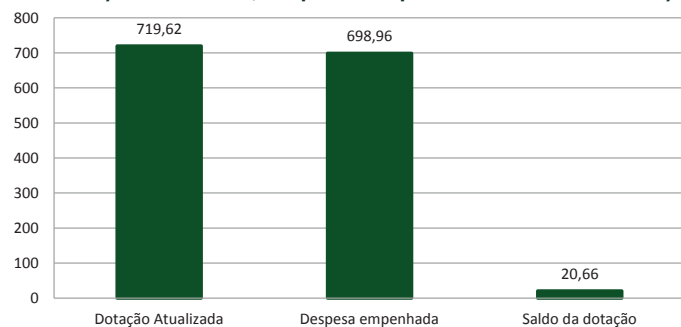


Gráfico 16: Dotação atualizada, despesas empenhadas e saldo da dotação (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Detalhamento da Execução Orçamentária e Financeira – Exercícios de 2020 e 2019

A execução orçamentária e financeira por Grupo de Despesa e Programa de Governo, dos exercícios de 2019 e 2020, estão detalhadas no Anexo 3 e Gráfico 17. Observa-se que o ICMBio

contou com uma dotação orçamentária 20,15% menor no exercício de 2020 em relação a 2019 (R\$ 719.621.000,00 em 2020, e R\$ 901.163.000,00 em 2019). O decréscimo deve-se, principalmente, às operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais (precatórios) devidas pela União, autarquias e fundações públicas, integrantes de inversões financeiras.

Execução orçamentária e financeira anual - Exercícios de 2020 e 2019 - por Grupo de Despesas

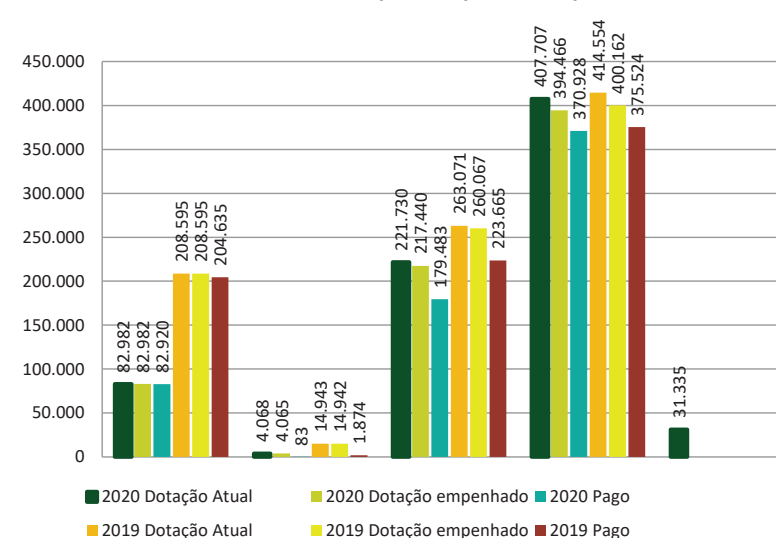


Gráfico 17: Execução orçamentária e financeira anual – Exercícios de 2020 e 2019 – por Grupo de Despesa
Fonte: DIPLAN

Constata-se da síntese da execução financeira, apresentada no Gráfico 18, redução entre os valores totais executados e pagos nos exercícios de 2020 e de 2019, considerando pagos R\$ 633.415.000,00 em 2020, e R\$ 805.698.000,00 em 2019, uma variação

percentual negativa da execução financeira de 21,38%.

Entretanto, o valor das despesas pagas em 2020, no montante de R\$ 633.415.000,00, representa 90,6% dos valores empenhados no exercício, de um total de R\$ 698.955.000,00.

Síntese da execução orçamentária e financeira anual - 2020 e 2019

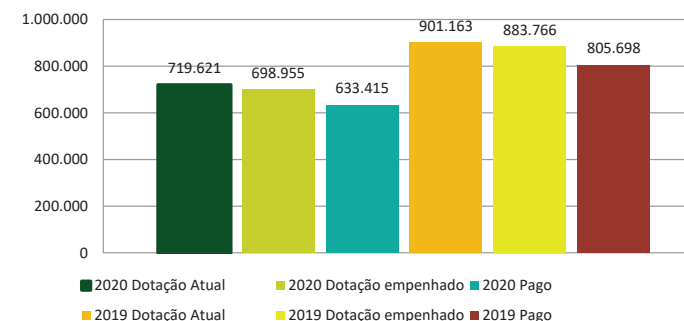


Gráfico 18: Síntese da execução orçamentária e financeira anual (2020 e 2019)
Fonte: DIPLAN

Desempenho Financeiro

Principais Receitas

As principais receitas realizadas nos exercícios de 2020 e 2019 são representadas na Tabela 4 e no Gráfico 19, conforme registros constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Receitas totais – Exercícios 2020 e 2019

Arrecadação por Fonte de Recurso	2020	2019	Variação % 2020/2019
Recursos de Concessões e Permissões – Florestas Nacionais (Fonte 0129)	7.156	3.813	87,67%
Taxas e Multas Pelo Exercício do Poder de Polícia Processos Judiciais (Fontes 0174 e 0186)	2.735	4.792	-42,93%
Recursos Próprios Primários (Fontes 0250 e 0270)	38.278	131.279	-70,84%
Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público (Fonte 0263)	30	-	100%
Total Arrecadação ICMBio	48.198	139.884	-65,54
Repasso Tesouro Nacional	650.757	743.881	-12,52
Receita Total	698.955	883.765	-20,91

Tabela 4: Receitas totais – Exercícios 2020 e 2019
Fonte: DIPLAN

Comparativo das Receitas Totais de 2020 e 2019 - ICMBio

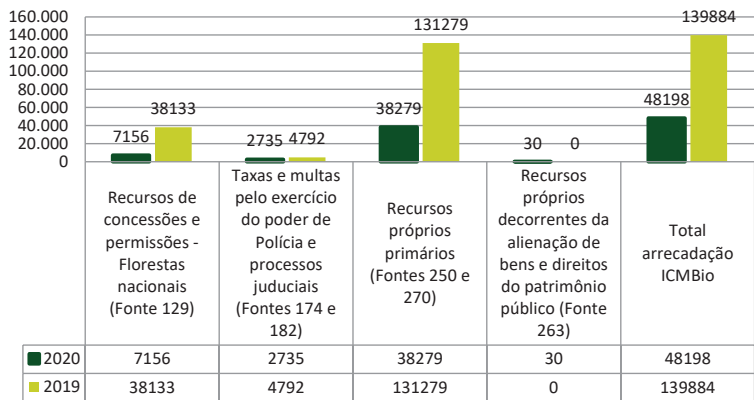


Gráfico 19: Comparativo das receitas totais – Exercícios 2020 e 2019
Fonte: DIPLAN

Importante destacar a significativa redução da arrecadação de 65,54% no exercício de 2020, em comparação ao exercício de 2019, proveniente da profunda crise em decorrência da pandemia da Covid-19.

Cabe ressaltar que, das receitas totais realizadas no exercício de 2020, no valor de R\$ 698.955.000,00, os valores repassados pelo Tesouro Nacional representam 93,10%, no total de R\$ 650.757.000,00.

Integram os valores repassados pelo Tesouro Nacional ao ICMBio as receitas oriundas dos depósitos efetuados pela Caixa Econômica Federal – CEF, decorrentes dos recursos da compensação ambiental mantidos em contas escriturais até 2016 (Fonte 0307), os quais foram incorporados ao Orçamento Geral da União em 2017, em cumprimento aos Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.853/2003, nº 1.004/2016 e nº 1.772/2016.

No que se refere ainda à compensação ambiental, no tópico “4.7.1” deste Relatório, consta o subitem “4.7.1.1 Execução Orçamentária de Recursos da Compensação Ambiental”, abrangendo informações detalhadas a respeito do tema.

As receitas de recursos próprios (fontes 0250 e 0270), responsáveis pelas arrecadações decorrentes – das concessões de serviços, áreas ou instalações em unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato

com a natureza – foram as principais fontes impactadas pelos fatos ocorridos em 2020, em virtude da suspensão da visitação pública nas UCs. Tais receitas, responsáveis por 79,42% do montante arrecadado em 2020, apresentam um decréscimo de -70,84% em relação às receitas dessas fontes no exercício de 2019.

Os recursos oriundos das multas ambientais (fontes 0174 e 0186, representando 5,67% do arrecadado em 2020) também obtiveram redução diante dos valores de 2019, de -42,93%, em especial pela crise econômica provocada pela pandemia, com o aumento significativo do desemprego, redução da renda, aumento da dívida, entre outros.

Em contrapartida, destacam-se as receitas de concessões e permissões nas FLONAs (fonte 0129). O ICMBio recebe o repasse correspondente a 40% do total arrecadado pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, responsável pela cobrança dessas receitas. Citado repasse provém dos recursos financeiros oriundos dos preços da concessão florestal de unidades localizadas em FLONAs criadas pela União, conforme preconiza o art. 39, § 1º, inciso II da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006. Do total recebido em 2020, houve um acréscimo de 87,67% em relação ao exercício de 2019.

Outro ponto importante a ser ressaltado refere-se aos recursos arrecadados de concessões no âmbito do ICMBio. Na Tabela 4 é apresentada a arrecadação nos exercícios de 2020 e 2019, relativa aos contratos de concessão pactuados.

Arrecadação Contratos de Concessão – Exercícios 2020 e 2019

Arrecadação por Fonte de Recurso	Exercício	Valor Concessões	Total Fonte Próprias	Total Arrecadação ICMBio	Fontes Próprias %	Arrecadado ICMBio %
Recursos Próprios Primários (Fontes 250 e 270) – Concessões	2020	34.885	38.278	48.198	91,13%	72,38%
Recursos Próprios Primários (Fontes 250 e 270) – Concessões	2019	79.668	131.279	139.884	60,69	56,95%

Tabela 5: Arrecadação Contratos de Concessão – Exercícios 2020 e 2019 (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Analisando os dados sob o aspecto da grave crise desencadeada no ano de 2020, verifica-se a importância dos contratos de concessão vigentes nas UCs no que concerne às receitas diante da pandemia. Em relação ao montante arrecadado de sua fonte correspondente (Recursos Próprios – Total de R\$ 38.278.000,00), essas receitas representam significativos 91,13%, enquanto, em relação ao

montante arrecadado pelo ICMBio (no valor total de R\$ 48.198.000,00), representam 72,38%. A título de comparação, no ano de 2019 houve uma representação de 60,69% sobre os Recursos Próprios, e de 56,95% sobre o Total Arrecadado.

Por fim, na Tabela 6 são listadas as UCs que mais arrecadaram no exercício de 2020.

Receitas (Principais Unidades Arrecadoras – Exercício 2020)

Unidades de Conservação	2020
Parque Nacional da Tijuca – RJ	18.400
Parque Nacional do Iguaçu – PR	15.483
Floresta Nacional de Carajás – PA	3.497
Floresta Nacional de Jamari – RO	2.832
Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha – PE	863
Parque Nacional de Brasília – DF	444
Parque Nacional da Serra da Canastra – MG	334
Total	41.853

Tabela 6: Receitas (Principais Unidades Arrecadoras – Exercício 2020, R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Análise Contábil

Balanço Orçamentário

Execução da Receita

O Balanço Orçamentário do ICMBio – Órgão 44207, no exercício 2020, apresenta como Previsão da Receita Atualizada o montante de R\$ 111.959.000,00, e as Receitas Realizadas de R\$ 48.198.000,00.

Observa-se que, do realizado, em relação à previsão atualizada, houve um déficit de R\$ 63.761.000,00, ou seja, 56,95% de decréscimo na arrecadação no exercício de 2020, conforme destacado nos Gráficos 20 e 21.

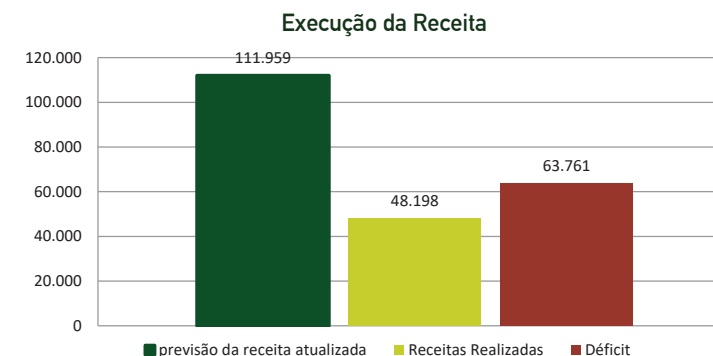


Gráfico 20: Execução da Receita (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Os maiores valores recebidos no exercício de 2020 referem-se a Recursos Próprios Primários (Fontes 0250 e 0270), no montante de R\$ 38.278.000,00, representando um

decréscimo em relação ao exercício anterior de 70,84%. Nesse contexto, maior é a dependência do Instituto em relação aos recursos provenientes do Tesouro Nacional.

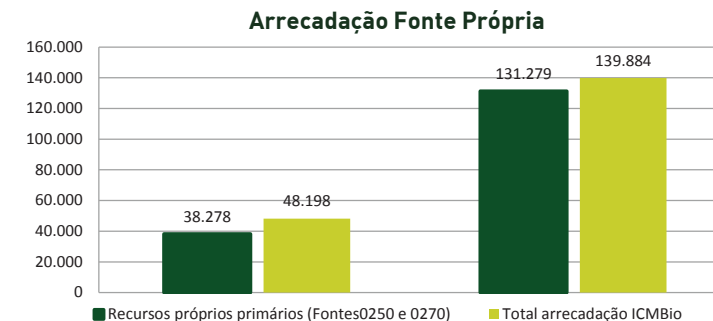


Gráfico 21: Arrecadação Fonte Própria (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Balanco Patrimonial

Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalente de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do Instituto e para os quais não haja restrições para uso imediato, que, no exercício, totalizou R\$ 91.547.000,00, correspondendo a um decréscimo de 37,87% em relação ao exercício anterior.

Ativo Circulante – Créditos a Curto Prazo

A conta Créditos a Curto Prazo apresentou um saldo de R\$ 424.824.000,00 no exercício de 2020, que corresponde a um acréscimo de menos de 1% em relação ao valor de R\$ 422.110.000,00 do exercício de 2019. Deste valor, 90,47% corresponde a Outros Cred a Rec e Valores a Curto Prazo decorrentes de ato de infração, no valor de R\$ 384.340.000,00 (Gráfico 22 – Ativo Circulante).

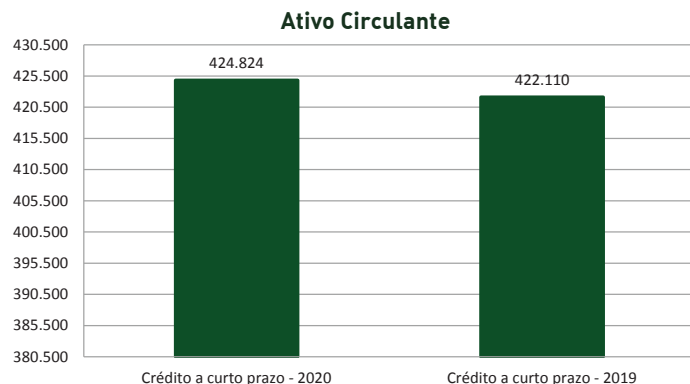


Gráfico 22: Ativo Circulante (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Imobilizado: Bens Móveis e Imóveis

O ativo imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Importante registrar que, em relação aos bens móveis, conforme ressalva

constante da Declaração do Contador, a depreciação dos bens continua sendo registrada mensalmente no SIAFI desde o exercício de 2010, com suporte em informações extraídas de planilhas em Excel atualizadas manualmente.

Na Tabela 7 é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2020 e 2019, verificando-se acréscimo de 11,67%, considerando as totalizações de R\$ 10.739.036.000,00, em 2020, e R\$ 9.616.574.000,00, em 2019.

Composição Imobilizado (Exercícios de 2020 e 2019)

	31/12/2020	31/12/2019	%
Bens Móveis	132.405	130.272	
(+) Valor Bruto Contábil	132.405	130.272	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(43.127)	(36.716)	
%(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	
Valor Residual – Bens Móveis	89.278	93.556	
Bens Imóveis	10.697.015	9.576.279	
(+) Valor Bruto Contábil	10.697.015	9.576.279	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(47.257)	(53.260)	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	
Valor residual – Bens Imóveis	10.649.758	9.523.018	
Total	10.739.036	9.616.574	11,67%

Tabela 7: Composição Imobilizado – Exercícios de 2020 e 2019 (R\$ em milhões)
Fonte: SIAFI/GERENCIAL/2020/2019

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Instituto, em 31/12/2020, totalizaram R\$ 89.278.000,00 (Valor Residual) e

estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 8, verificando-se decréscimo de 26,80% em relação ao valor de R\$ 93.556.000,00 em 2019.

Bens Móveis – Composição (Exercícios de 2020 e 2019)

	31/12/2020	31/12/2019	%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	23.237	22.809	
Bens de Informática	19.209	19.162	
Móveis e Utensílios	12.026	11.829	
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.155	2.098	
Veículos	73.464	72.061	
Armamentos	2.153	2.153	
Demais Bens Móveis	161	160	
Total dos Bens Móveis	132.405	130.272	
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(43.127)	(36.716)	
Valor Residual dos Bens Móveis	89.278	93.556	26,80%

Tabela 8: Bens Móveis-Composição – Exercícios de 2020 e 2019 (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão totalizaram o montante de R\$ 10.649.758.000,00 em 2020, e estão distribuídos em várias contas contábeis, destacando-

se as relacionadas na Tabela 9, da qual se verifica acréscimo de 11,83% quando comparado ao valor de R\$ 9.523.018.000,00, em 2019.

Bens Imóveis – Composição (Exercícios de 2020 e 2019)

	31/12/2020	31/12/2019	%
Bens de Uso Especial	10.661.685	9.546.538	
Bens Imóveis em Andamento	31.010	25.421	
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1.224	1.224	
Instalações	3.096	3.096	
Depreciação/Amortização Acumulada	(47.257)	(53.260)	
TOTAL	10.649.758	9.523.018	11,83%

Tabela 9: Bens Imóveis – Composição – Exercícios de 2020 e 2019 (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

De acordo com a Tabela 10, os bens relacionados referentes aos Bens de Uso Especial correspondem a 99,70% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 44207, perfazendo o

montante de R\$ 10.661.685.000,00 em 2020, sem contar com o valor da depreciação, verificando-se acréscimo de 11,68% em relação ao exercício anterior.

Bens de Uso Especial – Composição (Exercícios 2020 e 2019)

Bens de Uso Especial	31/12/2020	31/12/2019	%
Fazendas, Parques e Reservas	9.229.610	8.120.614	
Imóveis Residenciais e Comerciais	907.491	907.491	
Terrenos, Glebas	135.727	135.412	
Edifícios	102.432	102.361	
Ilhas	60.878	60.878	
Aeroportos, Estações e Aeródromos	49.618	49.618	
Autarquias/Fundações	17.658	16.972	
Complexos, Fábricas e Usinas	1.620	80	
Museus/Palácios	496	496	
Aquartelamentos	484	484	
Laboratórios/Observatórios	11	11	
Outros Bens Imóveis Não Registrados	155.660	152.121	
TOTAL	10.661.685	9.546.538	11,68%

Tabela 10: Bens de Uso Especial – Composição – Exercícios 2020 e 2019 (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do ICMBio são constituídos de fazendas, parques e reservas, imóveis residenciais e comerciais, terrenos e glebas, edifícios, ilhas, aeroportos, estações e aeródromos, conforme demonstrado a seguir. Destaca-se que, para os valores computados, não foram consideradas as respectivas depreciações.

Depreciação

A partir do exercício de 2010, passou-se a realizar a depreciação dos bens adquiridos, cujos valores são registrados, mês a mês, após os cálculos realizados manualmente por meio de planilhas em Excel, utilizando-se os seguintes critérios: (1) a depreciação é efetuada a partir do mês seguinte da aquisição, e o registro no SIAFI é realizado na conta correspondente ao bem adquirido, na unidade gestora contratante; (2) utiliza-se o método de depreciação linear; (3) vida útil mensal; e (4) as taxas também foram definidas conforme Macrofunção SIAFI 020330.

A conta do Imobilizado apresenta um saldo de R\$ 10.739.036.000,00, sendo que R\$ 89.278.000,00 de Bens Móveis, já abatida a depreciação no valor de R\$ 43.127.000,00, equivalente a 32,60% do total dos Bens Móveis, e R\$ 10.649.758.000,00 de Bens Imóveis, já abatida a depreciação no valor de R\$ 47.257.000,00, equivalente a 0,55% do total dos Bens Imóveis.

Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo

A conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar apresentou um saldo de R\$

23.560.000,00; deste valor, 98,00% corresponde a salários, remunerações e benefícios, no valor de R\$ 23.090.000,00, e foi regularizada em janeiro de 2021 com o pagamento da folha e os devidos recolhimentos.

Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Ao final do exercício, a Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo apresentou um saldo de R\$ 2.415mil, observando-se um decréscimo de 2,07% em relação ao exercício anterior, no valor de R\$ 51mil.

A totalidade dos Fornecedores de Contas Pagar a Curto Prazo refere-se aos Fornecedores Nacionais.

Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo

O valor registrado na conta Demais Obrigações a Curto Prazo (R\$ 34.465.000,00) tem sua maior representatividade em precatórios de terceiros, no valor de R\$ 20.558.000,00, correspondendo a 59,65% do total da conta. A seguir, é demonstrada a origem dos valores registrados na conta de Precatórios de Terceiros.

Os registros de Precatórios foram efetuados na Unidade Gestora Executora 443032 – ICMBio Sede (Seccional Orçamentária, Financeira e Contábil), e são originários de lançamentos efetuados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, da 4ª Região e da 1ª Região, cujos registros são identificados na Tabela 11.

PRECATÓRIOS**218911300 – PRECATÓRIOS DE TERCEIROS**

UG/GESTÃO EMITENTE	ÓRGÃO	DOCUMENTO HÁBIL	VALOR
090048/00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIAO	2020PA001287	7
090051/00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIAO	2020PA000475	95
090049/00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIAO	2020PA000291 e 000463	20.456
TOTAL			20.558

Tabela 11: Precatórios de Terceiros (R\$ em milhões)

Fonte: DIPLAN

Deve-se acrescentar que, em relação aos Precatórios, houve ainda registro na Unidade Gestora Executora 443032 – ICMBio Sede (Seccional Orçamentária, Financeira e Contábil) do valor de R\$ 131mil de precatórios

de pessoal, originários de lançamentos efetuados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cujos registros são identificados na Tabela 12.

PRECATÓRIOS**211110300 – PRECATÓRIOS DE PESSOAL**

UG/GESTÃO EMITENTE	ÓRGÃO	DOCUMENTO HÁBIL	VALOR
090048/00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	2020PA000754, 120 000755, 000866, 000952, 001065 e 001151	
090051/00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO	2020PA000332, 11 000401 e 000481	
TOTAL			131

Tabela 12: Precatórios de Pessoal - R\$ em milhões

Fonte: DIPLAN

Patrimônio Líquido

O resultado do Patrimônio Líquido, de R\$ 11.210.823.000,00, tem a sua representatividade garantida pelo Imobilizado do Instituto, já que este, no valor de R\$ 10.739.036.000,00,

corresponde a 95,80% do Patrimônio Líquido.

O valor do Patrimônio Líquido do exercício superou em 11,26% o do exercício anterior, no valor de R\$ 10.076.424.000,00.

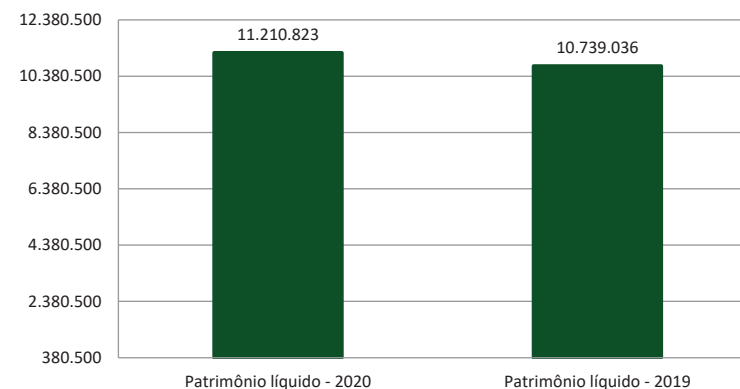
Patrimônio Líquido

Gráfico 23: Patrimônio Líquido (R\$ em milhões)

Fonte: DIPLAN

Demonstrações das Variações Patrimoniais**Variações Patrimoniais Aumentativas**

As Variações Patrimoniais Aumentativas do exercício de 2020, no valor de R\$ 2.749.220.000,00, apresentaram um

acréscimo de 35,25% em relação ao valor do exercício de 2019, de R\$ 2.032.742.000,00, e tem sua representatividade nas contas destacadas na Tabela 13 e Gráfico 24.

Variação Patrimonial Aumentativa – Exercícios de 2020 e 2019

Especificação	2020	2019
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	38.177	131.022
Transferências e Delegações Recebidas	1.279.492	1.371.275
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo	1.427.876	523.968
Subtotal	2.745.545	2.026.265
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.675	6.477
Total	2.749.220	2.032.742

Tabela 13: Variação Patrimonial Aumentativa – Exercícios de 2020 e 2019 (R\$ em milhões)

Fonte: DIPLAN

Variação Patrimonial Aumentativa

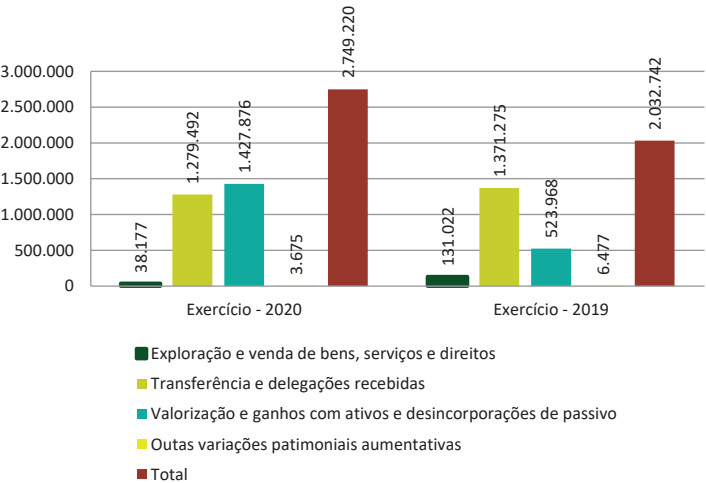


Gráfico 24: Variação Patrimonial Aumentativa – Exercícios 2020 e 2019 (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

A conta Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos apresenta um saldo de R\$ 38.177.000,00, sendo que o valor de R\$ 38.141.000,00 se refere à Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, decorrente de arrecadação de receitas realizadas no exercício, correspondendo a 99,91% da conta em destaque.

Transferências e Delegações Recebidas

Com relação ao saldo de R\$ 1.279.492.000,00 da conta Transferências e Delegações Recebidas, destaca-se o saldo de R\$ 1.276.735.000,00, relativo à conta Transferências e Transferências Intragovernamentais, correspondendo a 99,78% da conta em destaque.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo

Com relação ao saldo de R\$ 1.427.876.000,00 da conta Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivo, destaca-se o saldo de R\$ 1.280.012.000,00, relativo à Reavaliação de Ativos, correspondendo a 89,64% da conta em destaque.

Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas do exercício de 2020, no valor de R\$ 1.608.747.000,00, apresentaram um acréscimo de 2,80% em relação ao valor do exercício de 2019, de R\$ 1.564.881.000,00, e tiveram sua representatividade nas contas destacadas na Tabela 14 e no Gráfico 25.

Variação Patrimonial Diminutiva Exercícios de 2020 e 2019

Especificação	2020	2019	%
Pessoal e Encargos	314.227	336.883	-6,73
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	97.881	86.988	12,52
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	225.503	312.203	-27,77
Transferências e Delegações Concedidas	731.401	805.580	-9,21
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	230.500	20.151	1043,86
Subtotal	1.599.512	1.561.805	
Outras Variações Diminutivas	9.235	3.076	
Total	1.608.747	1.564.881	2,80

Tabela 14: Variação Patrimonial Diminutiva Exercícios de 2020 e 2019 (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Variação Patrimonial Diminutiva

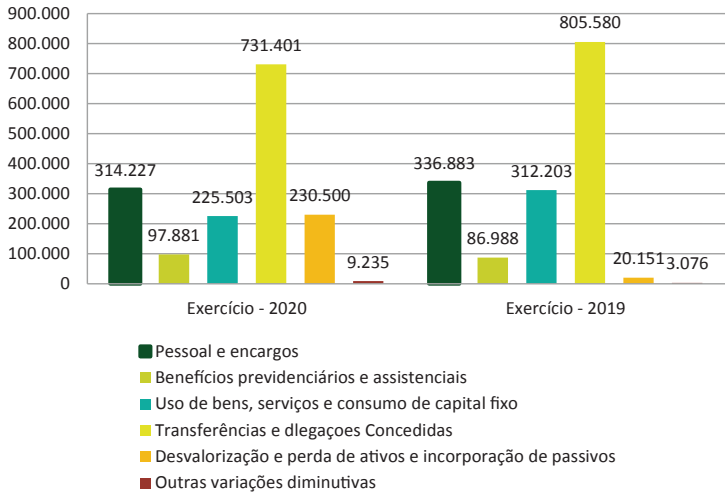


Gráfico 25: Variação Patrimonial Diminutiva (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

4.3. Gestão de Pessoas e Competências

Objetivo estratégico: promover uma gestão de pessoas focada na meritocracia, com desenvolvimento de competências e mobilidade atrelados aos bons resultados e à dedicação profissional.

Força de Trabalho

Um tema central para a gestão de pessoas do ICMBio é a constituição, movimentação e incremento de equipes nas UCs e nas demais unidades organizacionais, em destaque na Amazônia Legal. Neste sentido, vários esforços institucionais e estratégias de

gestão vêm sendo implementados ao longo dos anos, visando enfrentar os desafios, minimizar o déficit e otimizar o quadro existente. Os gráficos a seguir mostram o quadro de força de trabalho em 2020.

Força de Trabalho por situação funcional

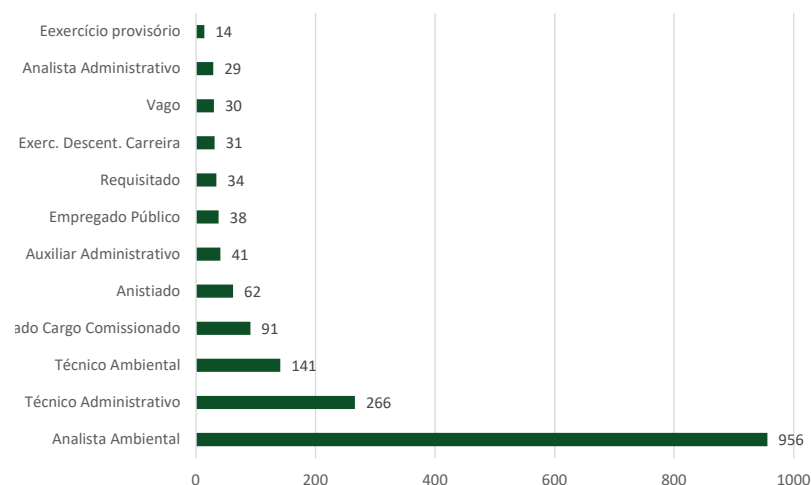


Figura 26: Quadro de força de trabalho
Fonte: DIPLAN

Evolução da Força de Trabalho

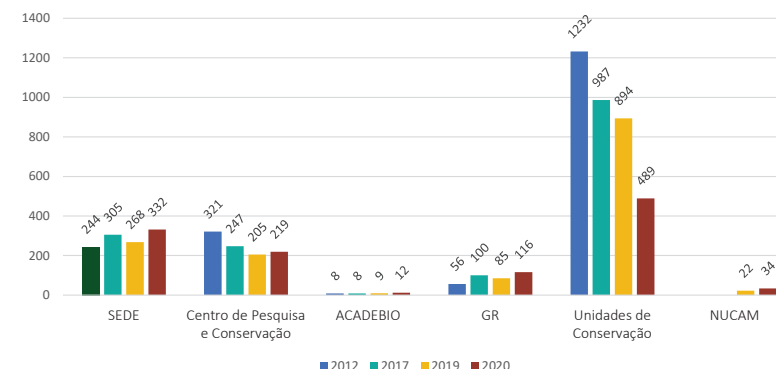


Figura 27: Painel de força de trabalho
Fonte: DIPLAN

Movimentações

Dentre as estratégias utilizadas para a otimização da força de trabalho, em especial na lotação de servidores em unidades organizacionais de difícil lotação, no decorrer do exercício foram consolidadas, aproximadamente, 299 remoções de servidores (Gráfico 28), 8 redistribuições e 33 recepções de servidores de outros órgãos (Gráfico 29).

As recepções se deram na forma da Portaria do Ministério da Economia nº 193, de 03 de julho de 2018, revogada pela Portaria do Ministério da Economia nº 282, de 24 de julho de 2020, com 25

servidores recepcionados; dentre eles, 11 vieram da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero (em processo de extinção) e 9 da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Na forma do art. 93 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e do Decreto nº 9.144 de 22 de agosto de 2017, para assunção de cargos e funções de chefia e, na forma do §2º do art. 84 da Lei nº 8.112/1990, em razão do deslocamento de servidor cujo cônjuge ou companheiro também seja servidor público, civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Remoções internas de servidores

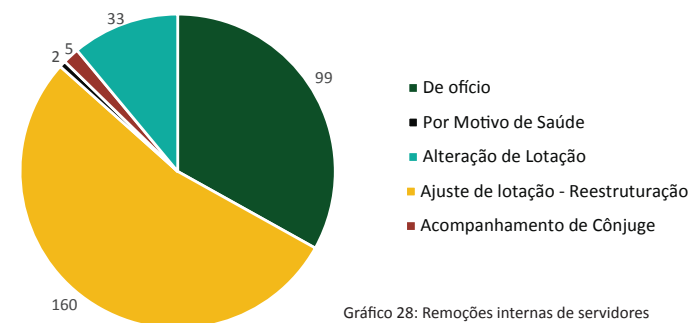


Gráfico 28: Remoções internas de servidores
Fonte: DIPLAN

Servidores recepcionados para composição da força de trabalho

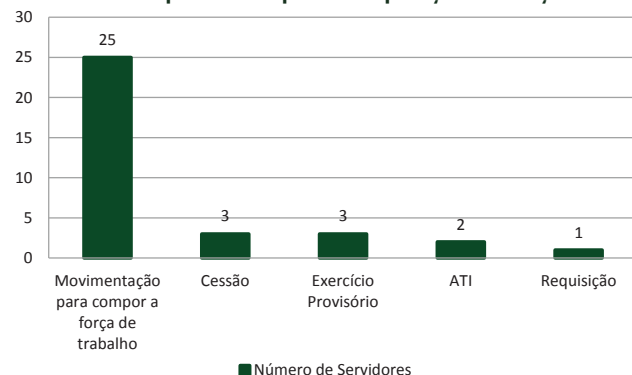


Gráfico 29: Servidores recepcionados para composição da força de trabalho
Fonte: DIPLAN

Contratos Temporários

Em 2020 houve avanço no quantitativo de contratos temporários/brigadistas em decorrência de alteração nos processos seletivos. Passando de 1.080 contratados em 2019 para um total 1.786 contratados em 2020, sendo esse um importante incremento de força de trabalho no ICMBio.

Merece destaque, ainda, a publicação da primeira versão do Painel Dinâmico de Contratação Temporária. Essa ferramenta é essencial para a gestão e possibilita acompanhar, em tempo real, os seguintes dados:

- relação dos brigadistas ativos;
- distribuição dos brigadistas ativos por GR, UF e por unidade;
- atividades prestadas; e
- quantidade total de brigadistas por ano.

Núcleo Pedagógico CGGP

Uma outra estratégia prioritária para o aumento da efetividade da ação

individual e coletiva do quadro de servidores e colaboradores do Instituto e, consequentemente, para o aumento do impacto positivo e geração de valor para a sociedade, é a formação continuada.

Por esse motivo, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP e a Academia Nacional da Biodiversidade – ACADEBIO criaram, em 2020, o Núcleo Pedagógico, com o objetivo de incorporar pessoas com novas competências à equipe multidisciplinar, que acompanha os processos formativos desde o planejamento dos cursos até a etapa de avaliação. A função dessa equipe é fazer a ponte entre os especialistas de diversas áreas e o público foco da formação, para atingir a finalidade principal, que é qualificar o ensino e a aprendizagem, para que esta seja ainda mais significativa e aplicada às necessidades práticas. A Imagem 3 apresenta o balanço das atividades realizadas no exercício de 2020.

Balanço de Atividades

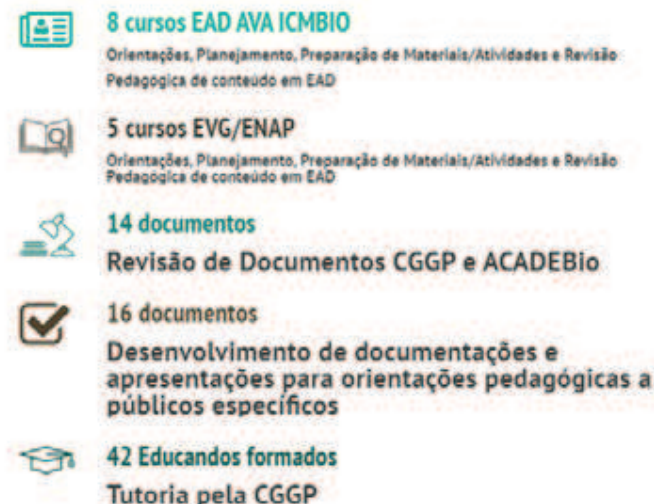


Imagem 3: Balanço de Atividades
Fonte: DIPLAN

Academia Nacional da Biodiversidade – ACADEBIO (Centro de Formação)

Em 2020, apesar dos desafios enfrentados em decorrência da pandemia, foram executados 61 eventos formativos, dos 62 previstos, o que corresponde a 98% de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoa – PDP e a 32% de servidores capacitados.

Do total, 53 eventos foram na modalidade de cursos, sendo 31

realizados pelo próprio ICMBio, e os outros 22 por parceiros. Esses números são resultado do esforço intenso na migração de cursos presenciais para a modalidade a distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Ao todo, o número aproximado foi de 1.400 participantes, conforme demonstra a Tabela 15 e Anexo 4.

Tipo de Ação	Instituição Responsável	Modalidade	Quantidade de Ações	Participantes (concluintes)	
				ICMBio	Externos
Cursos	ICMBio	Presencial	5	73	173
		Semipresencial	1	1	38
		EaD	25	833	367
	Externo	Presencial	0	0	0
		Semipresencial	0	0	0

Tabela 15: Número de servidores capacitados
Fonte: DIPLAN

4.4. Gestão de Licitação, Contratos e Patrimônio

Objetivo estratégico: promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos gastos públicos.

Licitações e Compras

Em 2020 foram realizadas 60 licitações para contratação de serviços e aquisição de bens e materiais no âmbito do ICMBio, com objetivo de dar continuidade às atividades de pesquisa, preservação, monitoramento e fiscalização ambiental. Do total, 19 certames já foram devidamente homologados, estando em andamento as outras 41 licitações.

Desses Processos Licitatórios, destacam-se os seguintes procedimentos:

Coleta Balístico

Aquisição de coletes balísticos Nível III-A, para atender à contínua estruturação do aparato de proteção ambiental para os agentes de fiscalização do ICMBio, de forma a preservar a segurança individual dos

agentes nas ações de fortalecimento da presença institucional e na coação às ocorrências de ilícitos ambientais nas diversas regiões do Brasil.

Equipamentos para Locomoção de Pessoas com Deficiência Física em Terrenos Acidentados – Cadeiras do tipo *Julietti*

Aquisição de cadeiras de roda do tipo *Julietti*, com o objetivo de atender às demandas de visitação nas UCs, destinadas exclusivamente ao apoio e transporte de pessoas com deficiência física ou mobilidade.

Aquisição de Veículos

Aquisição de 34 veículos do tipo pick-up, além de quadriciclos, moto aquática e drones, para ações de monitoramento e fiscalização ambiental, e apoio à combate de incêndios florestais.

Controle de Riscos nas Contratações

O ICMBio atua no âmbito das contratações pela efetividade da implementação dos Controles Internos da Gestão e da sua Política de Gestão de Riscos, já citados neste documento, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.

Patrimônio e Logística

Patrimônio

Em 2020 o ICMBio acresceu ao seu patrimônio cerca de 4.280 itens dos mais diversos tipos. Essas aquisições se deram tanto por meio de processos de licitações quanto por doações firmadas com entidades parceiras em projetos para proteção da biodiversidade.

Entradas	Qtde de Bens	Valor Total
2020	4280	R\$ 14.139.220,97

Em contrapartida, houve um grande esforço para a identificação e classificação de bens inservíveis⁵, visando ao seu desfazimento por meio de leilões, doações e demais formas de alienação previstos em lei.

Destaca-se, ainda, que foram iniciados os procedimentos para a implementação do Sistema de Administração de Serviços – SIADS, que está sendo utilizado pelo programa federal TransformaGov para

unificação do controle de patrimônio e almoxarifado de todo o Serviço Público Federal.

Serviço de Gestão de Frotas

A gestão de frota do ICMBio buscou, em 2020, constantes melhorias na implementação de medidas para redução de custos e controle de demandas. Devido à pandemia, tais medidas acarretaram uma redução, do ano de 2019 para o ano de 2020, de 23% com gastos de abastecimento, e 27% com gastos de manutenção.

Valores utilizados para a gestão da frota em 2020

Mês	Abastecimento	Manutenção
Jan	R\$ 423.522,61	R\$ 539.102,73
Fev	R\$ 393.193,74	R\$ 387.580,37
Mar	R\$ 328.322,19	R\$ 589.707,52
Abril	R\$ 261.628,58	R\$ 377.096,14
Mai	R\$ 272.431,22	R\$ 412.485,71
Jun	R\$ 308.431,25	R\$ 312.725,09
Jul	R\$ 327.231,33	R\$ 427.842,89
Ago	R\$ 408.984,97	R\$ 345.761,15
Set	R\$ 521.735,36	R\$ 404.373,37
Out	R\$ 860.383,97	R\$ 483.765,02
Nov	R\$ 400.055,50	R\$ 427.286,98
Dez	R\$ 435.153,37	R\$ 790.013,74
TOTAL	R\$ 4.941.074,09	R\$ 5.497.740,71

Tabela 16: Recursos utilizados para abastecimento e manutenção de veículos
Fonte: DIPLAN

Detalhamento de Gastos das Contratações:

serviços de apoio administrativo, técnico, recepção e motorista: **R\$ 28.586.013,58;**
vigilância ostensiva: **R\$ 51.325.012,07;**
limpeza e conservação: **R\$ 17.238.195,36;**
serviços de almoxarifado virtual: **R\$ 10.590.910,49;**
locação de imóveis: **R\$ 8.135.286,13;**
serviços de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações e telefonia: **R\$ 4.976.307,18;**
passagens e despesas com locomoção: **R\$ 4.867.255,69;**
frete e transportes de encomendas: **R\$ 3.605.802,25;**

manutenção de frota: **R\$ 5.497.740,71;**
abastecimento de frota: **R\$ 4.941.074,09;** e
manutenção e conservação de bens imóveis: **R\$ 2.894.286,03.**

⁵ Pela legislação em vigor, são considerados como inservíveis os bens permanentes que estão ociosos, que têm sua manutenção acima de 50% do valor do bem, e os bens que não têm possibilidade de conserto.

Gestão Documental

O Instituto deu início aos procedimentos para a formação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, que permitirá iniciar os procedimentos para a criação da Tabela de Temporalidade Documental necessária para a determinação de prazos de manutenção dos documentos e futuros descartes.

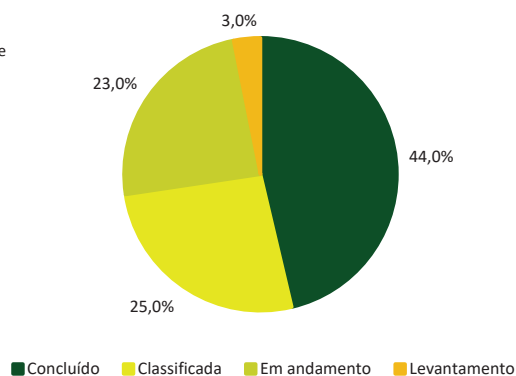
Infraestrutura

Em 2020, foi instituído, através da Portaria ICMBio nº 83, de 10 de março de 2020, o Serviço de Infraestrutura de Obras e Projetos de Engenharia – SEINFRA, estrutura responsável pelas matérias de obras e projetos de engenharia no âmbito de toda a Autarquia.

Durante o referido ano, foram demandados 162 projetos de obras e serviços de engenharia, dos quais: 44% foram concluídos, 25% foram classificados, 3% estão em levantamento e 28% estão em andamento, conforme Gráfico 30:

Projetos de obras e serviços de engenharia

Gráfico 30: Projetos de obras e serviços de engenharia
Fonte: DIPLAN



Do total de projetos de obras e serviços de engenharia solicitados, 56 demandas foram aprovadas para início de execução, das quais 79% já se encontram concluídas, 14% estão em andamento, conforme cronograma de projeto, e apenas 7% estão aguardando viabilidade para início das atividades (Gráfico 31).

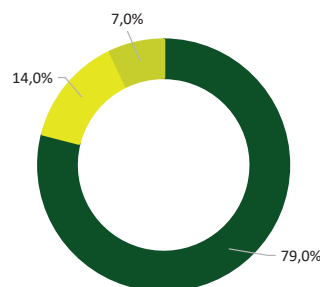


Gráfico 31: Execução de obras e serviços de engenharia
Fonte: DIPLAN

■ Concluídas ■ Em andamento Normal ■ Não iniciadas

Serviços Realizados

O ICMBio possui contratos de âmbito nacional com os mais diferentes escopos: serviços comuns de engenharia, obras de construção, obras de reforma, serviços técnicos de engenharia, manutenção preditiva, elaboração de projetos, consultoria técnica e auxílio técnico na fiscalização de obras e serviços de engenharia. São mais de 14 contratos orçados

em R\$ 16.333.260,16 (dezesesseis milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta reais e dezesseis centavos), dos quais foram pagos cerca de R\$ 11.206.508,63 (onze milhões, duzentos e seis mil, quinhentos e oito reais e sessenta e três centavos), na execução dos mais diversos serviços de infraestrutura e engenharia nas UCs, Gerências Regionais e Centros de Pesquisa e Conservação (Gráfico 32).

Tipos de serviços executados

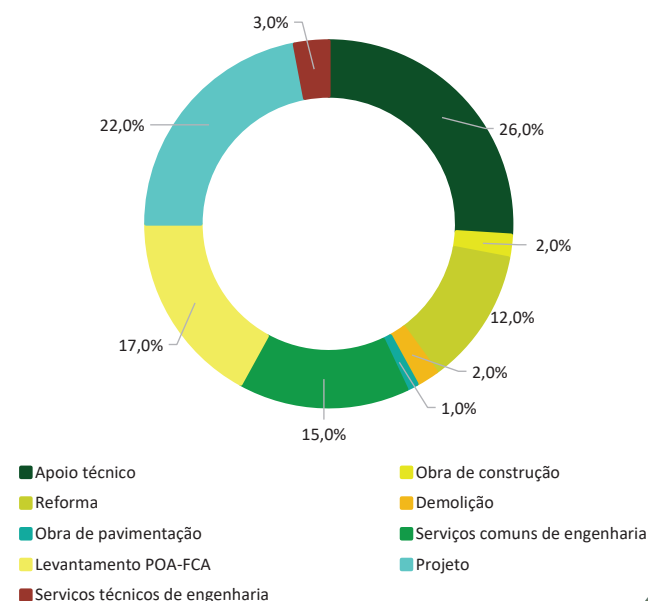


Gráfico 32: Tipos de serviços executados
Fonte: DIPLAN



Discriminação dos Gastos:

obras de construção: R\$ 3.069.793,78;
obras de reforma: R\$ 3.369.900,25;
manutenção predial: R\$ 317.666,21;

projetos: R\$ 729.773,92; e
serviços de engenharia: R\$ 3.090.397,27.

4.5. Gestão da Tecnologia da Informação

Objetivo estratégico: promover a transformação digital com foco na qualidade dos serviços de tecnologia da informação e na disponibilização de informações estratégicas.

Conformidade Legal

O ICMBio, enquanto órgão seccional do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, atua na implantação direta das ações de Tecnologia da Informação – TI e colabora com a coordenação e o desenvolvimento das políticas, normas e diretrizes do sistema. Deste modo, a conformidade legal da gestão de TI é observada na aplicação das regras e normas estabelecidas pelo Governo Federal no aprimoramento das mais diversas atividades executadas na área de TI, quais sejam: aquisições de produtos e serviços, gestão e fiscalização de contratos, gestão da segurança da informação, desenvolvimento de aplicações e disponibilização de serviços públicos digitais, entre outros.

Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TI do Instituto Chico Mendes, alinhado ao Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que instituiu a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, tem como principal instância o Comitê de Governança Digital – CGD.

O CGD tem como objetivo aprovar as políticas de tecnologia da informação, o Plano Diretor de Tecnologia da

Informação e Comunicação – PDTIC, e as políticas de segurança da informação, além de decidir sobre as estratégias e ações para a oferta de serviços e informações digitais aos cidadãos e sobre a priorização da aplicação de recursos em tecnologia da informação. O Comitê de Governança Digital é composto pelo Presidente do ICMBio, que o preside; pelos Diretores; pelo titular da unidade de tecnologia da informação; e pelo encarregado do tratamento de dados pessoais.

Em 2020 foi efetuada a revisão do comitê de governança digital de maneira a inserir o Encarregado de dados pessoais no Comitê e, em janeiro de 2021, foi nomeado o Encarregado. A função desse é de atuar como canal de comunicação entre instituição, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

Há, ainda, duas outras instâncias subordinadas ao CGD: o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – CSIC. O CGTIC é constituído pelos coordenadores-gerais do ICMBio e tem a finalidade de propor, ao Comitê de Governança Digital, as estratégias, políticas e ações de TI. O CSIC, formado por dois representantes de cada Diretoria, é a instância responsável por tratar e deliberar a

respeito de temas na área de segurança da informação e comunicações.

O ICMBio possui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e

Comunicação, a Política de Segurança da Informação e o Plano de Dados Abertos alinhados às diretrizes do Governo Federal.

Montante de Recursos Aplicados em TI

DESPESA	EMPENHADO	PAGO
INVESTIMENTO	R\$ 1.112.483,91	-
CUSTEIO	R\$ 22.117.887,01	R\$ 18.334.512,78
TOTAL	R\$ 23.230.370,92	Rw\$ 18.334.512,78

Tabela 17: Recursos utilizados em TI, por categoria de despesa
Fonte: DIPLAN

Contratações mais relevantes de recursos em TI

INVESTIMENTO	EMPENHADO	PAGO
NATUREZA DA DESPESA	EMPENHADO	PAGO
Aquisição de software sob encomenda ou customizados (solução de firewall)	R\$ 1.092.625,00	-
Equipamentos de TI – Computadores	R\$ 19.858,91	-
TOTAL	R\$ 1.112.483,91	-

CUSTEIO	EMPENHADO	PAGO
NATUREZA DA DESPESA	EMPENHADO	PAGO
Computação em Nuvem – Infraestrutura como Serviço (IaaS)	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00
Emissão de certificados digitais	R\$ 257.524,34	R\$ 131.158,63
Locação de softwares	R\$ 736.359,60	-
Manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de softwares	R\$ 797.930,19	-
Manutenção e conservação de equipamentos de TI	R\$ 126.294,43	R\$ 72.294,43
Material de TI – Material de consumo	R\$ 618,00	R\$ 618,00
Outsourcing de impressão	R\$ 49.556,87	R\$ 48.866,86
Serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ	R\$ 344.674,30	R\$ 48.866,86
Serviços de telecomunicações	R\$ 1.487.584,71	R\$ 962.779,88
Serviços técnicos profissionais de TI	R\$ 671.568,00	R\$ 410.355,00
Suporte a usuários de TI	R\$ 3.651.638,52	R\$ 2.855.901,16
Suporte de infraestrutura de TI	R\$ 13.909.193,27	R\$ 13.790.171,96
Treinamento/capacitação em TI	R\$ 34.625,00	-
TOTAL	R\$ 22.081.067,23	R\$ 18.334.512,78

Tabela 18: Recursos utilizados em TI, por natureza da despesa
Fonte: DIPLAN

Principais Iniciativas e Resultados na área de TI

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
Modernizar tecnologicamente o Instituto	Disponibilização de equipamentos para autuação de infrações na fiscalização ambiental	Foram disponibilizados 300 (trezentos) kits contendo um smartphone e uma impressora portátil para os fiscais do ICMBio, de forma a tornar digital o processo de auto de infração.
	Implementação do uso compartilhado da sala-cofre e infraestrutura de TIC do MMA	Possibilitou ao ICMBio o uso da sala-cofre do MMA para a hospedagem de sistemas e serviços; desta forma, foram criados ambientes de homologação, testes e desenvolvimento de sistemas no MMA com a gestão dos recursos e operação dos ambientes pela equipe do ICMBio, otimizando o uso dos recursos disponíveis no MMA e evitando o aumento de despesas para o ICMBio.
	Realização das ações previstas no Plano de Transformação Digital	Migração do Portal do ICMBio para o Portal Gov.br Publicação de 17 serviços digitais para o cidadão no Portal Gov.br
	Implementação do certificado Digital NEOID	Disponibilização de certificados digitais em nuvem para uso dos fiscais ambientais, chefes e autoridades do ICMBio, certificado sem a necessidade de utilização de token físico e com validação de documentação via Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal – SIGEPE, o que dispensa a biometria presencial, o deslocamento de pessoal e o envio de token físico. Com isso, se evitam as despesas logísticas que eram geradas para essas atividades antes da solução em nuvem.

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
Prover e Gerenciar, de forma eficiente, a infraestrutura	Aquisição de Firewall	A aquisição foi efetivada em dezembro de 2020 e proporcionará em 2021 a implantação de um firewall de última geração. A ação permitirá a implementação de novas camadas de segurança para a rede do ICMBio e de recursos para a gestão de redes filiais. Tais redes filiais possibilitarão a execução de regras locais de forma a permitir o uso de internet sem a necessidade da rede Multiprotocol Label Switching – MPLS, para várias UCs barateando o custo de internet em 2021.
	Modernização dos ambientes de sustentação de sistemas	Implantação/atualização de ambientes virtuais utilizando soluções de orquestração de containers proporcionando a automatização de várias tarefas operacionais que demandavam tempo das equipes de sustentação e operação de infraestrutura do datacenter.

Tabela 19: Resultados e iniciativas em TI
Fonte: DIPLAN

Segurança da Informação e Comunicações

O ICMBio segue a Política da Segurança da Informação e Comunicações – POSIC, que tem como escopo a instituição de diretrizes estratégicas visando assegurar a integridade de dados, informações e documentos da Autarquia contra ameaças e vulnerabilidades, de modo a preservar os seus ativos, inclusive sua imagem institucional.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC é a instância

estratégica responsável por tratar e deliberar a respeito de temas na área de Segurança da Informação no Instituto, observadas as diretrizes da Política de Segurança da Informação estabelecidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O CSIC é formado por representantes de todas as Diretorias (membros titulares e suplentes) e pelo Gestor de Segurança da Informação e Comunicações – GSIC.

Já a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – ETIR é formada por membros da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTEC,

e os seus trabalhos são guiados por padrões e procedimentos técnicos e normativos no contexto de tratamento de incidentes de rede, orientados pelo Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes de Computadores da Administração Pública Federal – CTIR GOV.

Em dezembro de 2020, foi iniciado o processo de adaptação à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com a revisão do Comitê de Governança Digital passando a contar, na sua composição, com a figura do encarregado de dados pessoais do ICMBio. Foram ainda iniciadas tratativas com o Ministério da Economia para a realização de projeto para a adaptação dos serviços digitais às exigências da Lei supracitada.

Plano Digital do Meio Ambiente

Seguindo o plano do Governo Federal de “ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz”, em 2019 foi iniciado o Plano Digital do Meio Ambiente, com participação do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ e do ICMBio.

O processo Transformação Digital é iniciativa gerenciada pela Secretaria e Governo Digital do Ministério da Economia – SGD-ME, e tem por objetivo auxiliar os órgãos da Administração Pública Federal a transformar seus serviços prestados ao cidadão em serviços digitais automatizados, aumentando a eficiência no atendimento ao público.

Para tanto, o Transformação Digital utiliza uma ferramenta de automação de processos contratada pela SGD-ME e disponibilizada sob demanda aos órgãos. Tal ferramenta permite identificar o processo existente no órgão e estruturá-lo em um sistema, em forma de etapas, para que a respectiva área de negócio possa gerenciar as solicitações oriundas da sociedade brasileira de modo efetivo e eficiente.

Em agosto de 2019, o ICMBio, dentro de sua competência de auxiliar a formulação e implementação de políticas públicas ambientais, iniciou a elaboração de seu Plano Digital. Todos os serviços públicos federais digitalizados são disponibilizados no Portal Gov.br, e os serviços públicos do ICMBio possuem a participação e acompanhamento da COTEC.

A tabela 20 apresenta as ações do Plano Digital que foram executadas no ICMBio ao longo do ano de 2020. Os serviços digitais foram criados e disponibilizados no Portal Gov.br.

Serviço	Data de Conclusão
Participar de processo seletivo simplificado para a contratação de brigadistas de prevenção e combate a incêndios florestais nas unidades de conservação federais	Abril/2020
Obter certidão para compensação de reserva legal	Julho/2020
Obter autorização para o licenciamento ambiental – versão 2.0	Setembro/2020
Solicitar autorização de eventos nas unidades de conservação federais	Setembro/2020
Solicitar autorização de uso de imagem em unidades de conservação federais	Setembro/2020
Realizar agendamento de visitas ecoturísticas em parques nacionais e outras unidades de conservação da natureza	Dezembro/2020
Solicitar autorização para comercialização de alimentos nas unidades de conservação federais	Dezembro/2020
Solicitar autorização para condução de visitantes nas unidades de conservação federais	Dezembro/2020
Solicitar autorização para condutor de veículo nas unidades de conservação federais	Dezembro/2020
Solicitar autorização para locação de equipamentos nas unidades de conservação federais	Dezembro/2020
Solicitar autorização para transporte aquaviário nas unidades de conservação federais	Dezembro/2020
Solicitar autorização para transporte terrestre nas unidades de conservação federais	Dezembro/2020

Tabela 20: Ações executadas no Plano Digital do ICMBio
Fonte: DIPLAN

Ao todo, o Instituto conta com 17 serviços digitais, dentre serviços transformados e serviços nascidos em meio digital, sendo todos disponibilizados no endereço eletrônico da Autarquia.

O acesso aos serviços do ICMBio já possui integração com o login único do cidadão; desta forma, só é necessário fazer o cadastro uma única vez no Portal Gov.br. E, com esse cadastro, o cidadão pode ter acesso aos serviços fornecidos pelo ICMBio.

Novo Portal ICMBio

O Portal do Instituto Chico Mendes foi adequado ao padrão de layout do Governo Federal, conforme utilizado no Portal Gov.br. Essa ação teve como objetivo facilitar a navegação dos usuários, uma vez que todos os portais do Governo terão a mesma interface; implantar ferramentas de acessibilidade, por exemplo, o VLIBRAS (conjunto de ferramentas usadas na tradução automática do Português para LIBRAS); disponibilizar o acesso único aos portais e serviços digitais disponibilizados pelo Governo Federal, dentre outros.

4.6. Gestão de Custos e de Sustentabilidade

Objetivo estratégico: aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional, no Ministério do Meio Ambiente e vinculadas.

Compensação Ambiental

O exercício de 2020, no contexto da compensação ambiental, foi caracterizado pela ênfase no Fundo de Compensação Ambiental – FCA, seja em razão da escolha majoritária, pelos empreendedores, dessa modalidade de execução na celebração dos Termos de Compromisso, ou pelo aprimoramento dos procedimentos de execução dos recursos já depositados no Fundo, pela Caixa Econômica Federal.

Ressalta-se que a compensação ambiental, mecanismo reparador à sociedade e ao meio ambiente pelo uso autorizado de recursos naturais por empreendimento de significativo impacto ambiental, é executada no âmbito do Instituto Chico Mendes segundo duas modalidades: diretamente pelo próprio empreendedor a partir de demandas elaboradas pela Autarquia, ou via FCA, na qual o empreendedor deposita os valores devidos em fundo privado criado para esse fim e administrado pela CEF.

Ao longo do período observado, foram celebrados 25 Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, todos com previsão de depósito no FCA como modalidade de cumprimento. Tais termos representam um montante de cerca de R\$ 97 milhões, a ser atualizado quando do depósito do valor no Fundo segundo as opções de cumprimento pactuadas em cada Termo.

Destaca-se, abaixo, no gráfico 33, um resumo do resultado de execução dos recursos de compensação ambiental no ano de 2020 e a distribuição dentre as modalidades existentes. No total, executaram-se R\$ 39,3 milhões – um aumento de 16% em relação ao ano anterior. Observa-se, ainda, uma mudança da distribuição das modalidades, com um aumento da execução dos recursos do FCA e redução da execução dos recursos orçamentários, tendência que deve permanecer nos anos seguintes.

Histórico de Execução Anual – Valores Totais

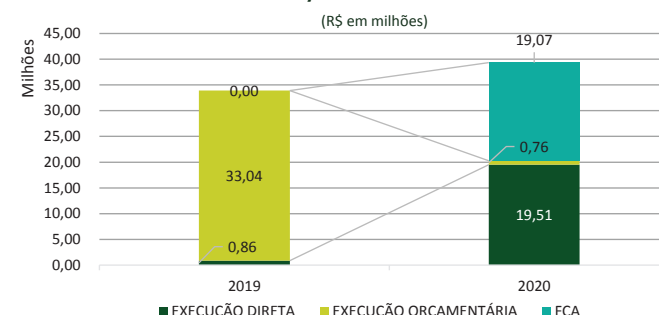


Gráfico 33: Histórico de Execução Anual – Valores Totais (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Outro fato relevante ocorrido em 2020 foi a publicação da Instrução Normativa nº 7, em 10 de junho de 2020, nova versão do normativo que regulamenta os procedimentos para o cumprimento das obrigações da compensação ambiental. A principal mudança foi a incorporação da orientação jurídica da Advocacia Geral da União – AGU, que, em novembro de 2019, emitiu Parecer nº 077/2019/Decor-CGU/AGU, consubstanciado pelo Despacho nº 00713/2019/DECOR/CGU/AGU, que disciplinou os índices de atualização monetária e consequente metodologia de cálculo a serem utilizados nas compensações ambientais de âmbito federal.

Por fim, enfatiza-se que, assim como em exercícios anteriores, desde 2017 se encontra vigente a execução de uma parcela orçamentária da compensação ambiental, passivo de recursos oriundos da antiga modalidade de “execução indireta” internalizado no Tesouro Nacional naquele ano.

Execução Orçamentária de Recursos da Compensação Ambiental

No exercício de 2020, a execução dos recursos de compensação ambiental internalizados no Tesouro Nacional correspondeu a R\$ 760 mil, excluídas as inscrições em restos a pagar, o que representa 16% das demandas planejadas para o período (ver gráfico 34).

Percentual de atendimento de demandas planejadas em 2020

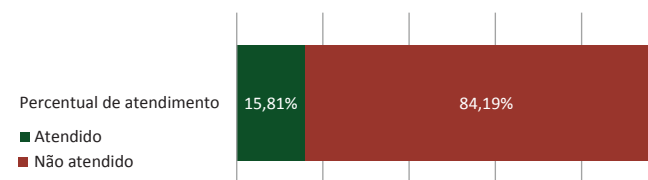


Gráfico 34: Percentual de atendimento das demandas planejadas em 2020
Fonte: DIPLAN

Devido aos desafios orçamentários do ano de 2020, o pagamento das ações de regularização fundiária ocorreu exclusivamente por meio dos recursos internalizados no Fundo de Compensação Ambiental. Assim, considerando que os saldos disponíveis estão destinados, em sua grande maioria, à ação de regularização fundiária, há um deslocamento da execução do valor residual da compensação ambiental internalizada

no orçamento para as demais modalidades de execução previstas: direta e pelo Fundo de Compensação Ambiental.

Por meio do gráfico 35, o histórico de execução dos recursos da compensação internalizados no orçamento demonstra esse deslocamento, com a redução dos valores executados. O gráfico 36 apresenta os dados de execução do exercício analisado, segundo as ações de aplicação previstas em Lei.



Gráfico 35: Histórico de execução anual – contas escriturais/Orçamento Geral da União (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Valores executados em 2020 – execução orçamentária, por ação de aplicação

- Implementação da uc
- Plano de manejo
- Plano de manejo ou proteção
- Regularização fundiária
- Pesquisa



Gráfico 36: Valores executados em 2020 – execução orçamentária, por ação de aplicação
Fonte: DIPLAN

Execução Direta

A respeito da disponibilização de novos recursos, a modalidade de execução direta repetiu os resultados do exercício anterior, não ocorrendo novas disponibilizações uma vez que não foram celebrados Termos de Compromisso que contemplassem esta modalidade.

Quanto as informações de execução, devido à conclusão dos procedimentos de prestação de contas relativos a Termos

de Compromisso celebrados em anos anteriores foi possível apurar o histórico do volume executado, incluído o ano de 2020, que apresentou significativo aumento, conforme o Gráfico 37.

Destaca-se que o aumento foi devido à conclusão do processo de indenização de propriedade localizada no interior da REBIO Jaru, por meio dos recursos de compensação ambiental da Usina Hidrelétrica de Jirau, conforme destinação dada pelo IBAMA.

Histórico de execução anual – execução direta (R\$ em milhões)

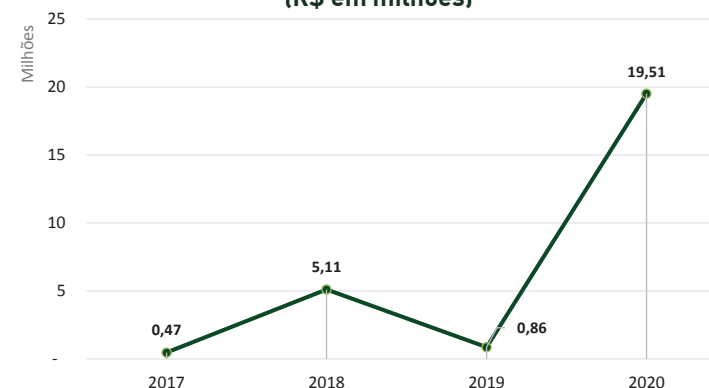


Gráfico 37: Histórico de execução anual – execução direta (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Fundo de Compensação Ambiental

Inicialmente, deve-se destacar que os dados relevantes sobre o FCA, apresentados a seguir (relativos aos exercícios de 2019 e de 2020), tomaram por base os relatórios mensais encaminhados pela Caixa Econômica Federal, e estão sujeitos a alterações quando consolidados na Prestação de Contas Anual.

Considerando os prazos expirados, o Instituto Chico Mendes enviou comunicação à instituição financeira sugerindo novos prazos, e aguarda

o retorno para encerramento dos exercícios de 2019 e 2020.

Em seu segundo ano de existência, FCA finalizou o exercício de 2020 com um saldo de recursos disponíveis de cerca de R\$ 491 milhões, mantendo-se como modalidade de execução preferencial dos empreendedores. Observa-se que o montante depositado no Fundo, no período, foi de R\$ 129.889.519,11, sendo grande parte referente a parcelas a vencer naquele ano, referentes a Termos de Compromisso celebrados em 2019 (Gráfico 38).

Aportes ao FCA x saldo disponível

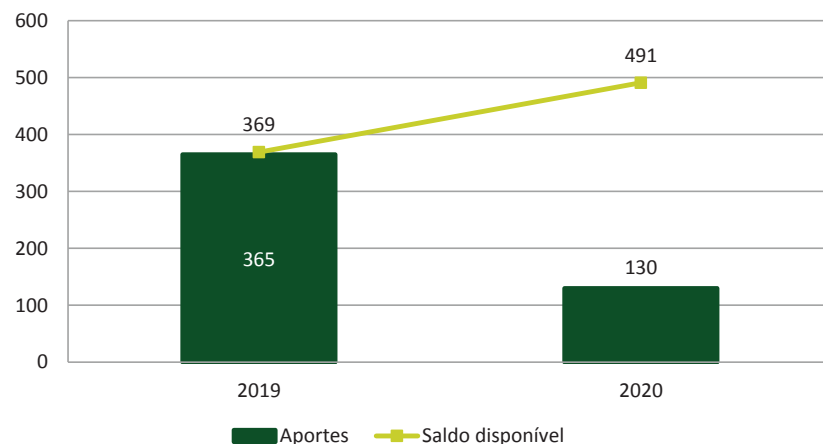


Gráfico 38: Aportes ao FCA x saldo disponível
Fonte: DIPLAN

Distribuição do saldo disponível em 2020, por ação de aplicação

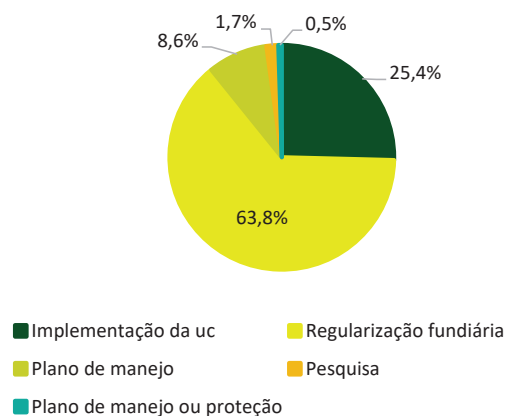


Gráfico 39: Distribuição do saldo disponível em 2020, por ação de aplicação
Fonte: DIPLAN

Devido à evolução dos recursos geridos, deve-se atentar para o aumento dos valores desembolsados à instituição financeira a título de remuneração pela administração do FCA, cujo pagamento corresponde a um percentual de 0,13% incidente sobre o saldo dos recursos apurados

(ver Gráfico 10). Não obstante, a gestão dos recursos ainda necessita do atendimento das obrigações do estatuto do FCA, dada a inexistência de sistema informatizado para acompanhamento tempestivo da movimentação dos recursos.

Taxa de administração (R\$ em milhões)

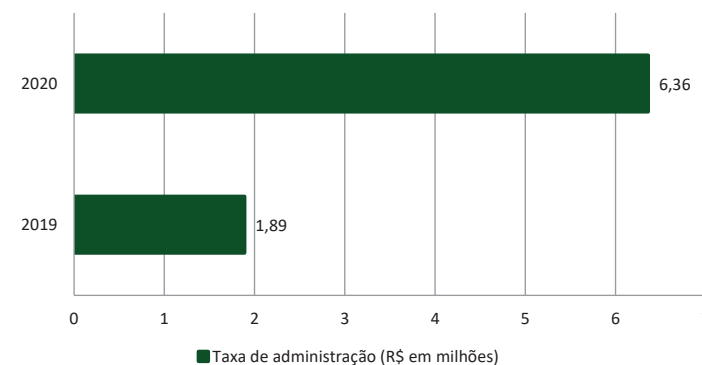


Gráfico 40: Taxa de administração (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Quanto à execução dos recursos pela Caixa Econômica Federal, é importante mencionar que foram celebrados os contratos relativos aos planejamentos anuais de 2019 e de 2020. Embora o início da execução dos planejamentos previstos esteja em atraso – decorrido especialmente pela demora na definição do mecanismo de execução –, foi possível realizar a execução de mínima parcela de recursos em 2020, em grande parte no pagamento de ações de regularização fundiária (ver Gráficos 41 e 42).

Foram executados pagamentos de terra, para fins de regularização fundiária, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no Parque Nacional da Serra da Canastra e no Parque Nacional Aparados da Serra, totalizando um valor aproximado de R\$ 19 milhões.

No âmbito da ação de implementação, destaca-se que, em 2020, a execução dos saldos limitou-se ao pagamento de diária a servidores e colaboradores, especialmente para a execução de ações de proteção e fiscalização da Floresta Nacional de Jamari.

Histórico de execução anual – FCA (R\$ em milhões)

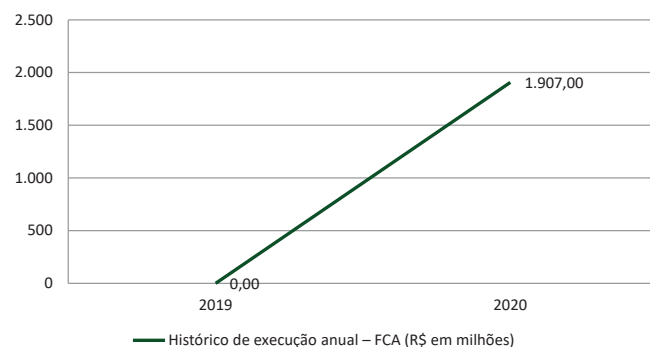


Gráfico 41: Histórico de execução anual – FCA (R\$ em milhões)
Fonte: DIPLAN

Distribuição dos valores executados em 2020 – FCA, por ação de aplicação

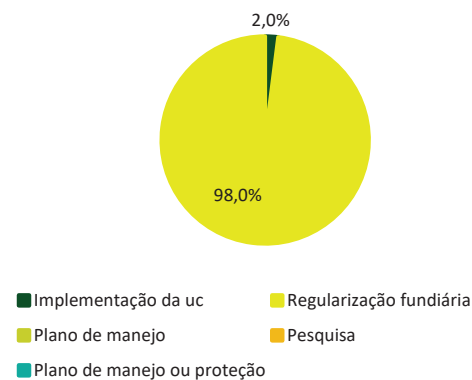


Gráfico 42: Distribuição dos valores executados em 2020 – FCA, por ação de aplicação
Fonte: DIPLAN





5

INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS



5.1. Informações Complementares – Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e respectivas notas explicativas, bem como a declaração do contador e o rol de responsáveis, estão disponibilizadas na página do Instituto, conforme lista de hiperlinks a seguir:

- [Balanco Orçamentário](#)
- [Balanco Financeiro](#)
- [Balanco Patrimonial](#)
- [Demonstrações dos Fluxos de Caixa](#)
- [Demonstrações das Variações Patrimoniais](#)
- [Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis](#)
- [Declaração do Contador](#)
- [Rol de Responsáveis](#)

5.2. Conclusões de Órgãos de Controle (Interno e Externo)

Em 2020, a Controladoria-Geral da União não realizou auditorias no Instituto; portanto, não houve novas recomendações geradas. Ainda assim, a Auditoria Interna, em sua competência regimental de monitorar as recomendações elaboradas pelos órgãos de controle, conseguiu redução expressiva ICMBio das recomendações pendentes de atendimento no ICMBio. Das 73 demandas pendentes de atendimento, 13 foram concluídas; 53 foram respondidas à CGU (com envio de documentação comprobatória de cumprimento ou justificativas) e aguardam posição final da CGU; e 7 (sete) continuam em monitoramento.

Dos acórdãos elaborados em 2020 pelo TCU, os que foram endereçados ao ICMBio, com recomendações ou determinações, são os seguintes:

Acórdão 2472/2020 – TCU-Plenário: expede determinações e/ou recomendações referentes à fiscalização da desestatização, na forma de concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em

contato com a natureza nas UCs denominadas Parques Nacionais de Aparados da Serra e Parque Nacional da Serra Geral. – Em resposta ao Acórdão: Encaminhado o Ofício SEI nº 1351/2020-GABIN/ICMBio.

Acórdão 2944/2020 – TCU-Plenário: requer que o ICMBio apresente manifestação sobre a eventual solução de cada necessidade e sobre a adoção das medidas sugeridas pela Secex/Agro Ambiental, com a apresentação da correspondente proposta de plano de ação, em prol da efetiva implementação dessas medidas e de cada solução a partir, entre os elementos necessários, da definição de cada ação e de cada responsável pela respectiva ação, com o uso do correspondente cronograma de implementação da ação. – O ICMBio atendeu à solicitação: Respondido por meio de Ofício SEI nº 1504/2020-GABIN/ICMBio

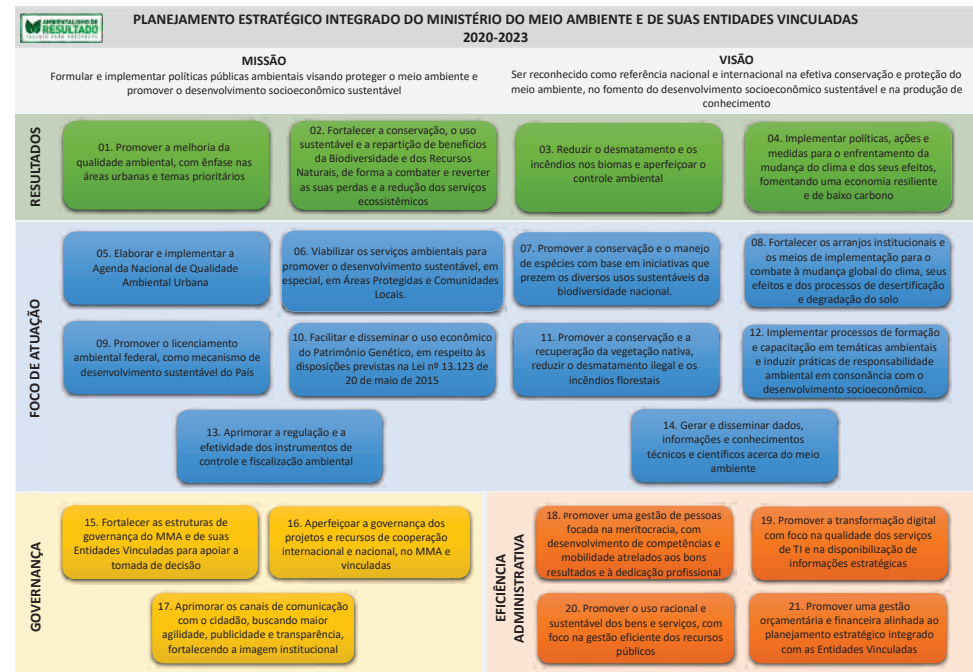
Atendimento às pendências dos acórdãos de 2019

Acórdão 2789/2019 – Tratamento ICMBio: Elaboração de Nota Técnica nº 20/2020/COTEC/CGATI/DIPLAN/ICMBio. Sem necessidade de resposta ao TCU.

Acórdão 8179/2019 – Tratamento ICMBio: Encaminhamento de Ofício SEI nº 1325/2019-CGGP/DIPLAN/ICMBio ao TCU.

Acórdão de relação 1587/2019 – Assunto: monitoramento do Acórdão 1.996/2008. Tratamento ICMBio: Respondido ao TCU por meio do Ofício SEI nº 1011/2020-GABIN.

Anexo 1
Cadeia de Valor Integrada



Anexo 2
Planejamento estratégico integrado

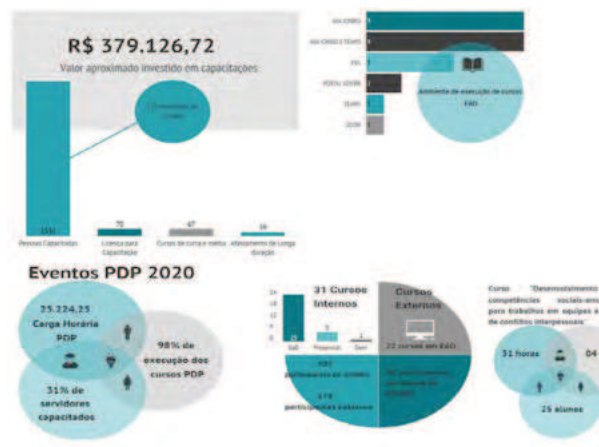
Execução orçamentária e financeira – Exercícios de 2020 e 2019

DETALHAMENTO	2020						2019						Em R\$ Mil	%
Grupo de Despesa	Dotação Atual (a)	Destaque Concedido (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	Pago (e)	RP Pago* (f)	Dotação Atual (g)	Destaque Concedido (h)	Empenhado (i)	Liquidado (j)	Pago (k)	RP Pago* (l)	Variação (m)=e-k	Variação (n)=e/k
INVERSÕES FINANCEIRAS	82.981,50	82.074,54	82.981,50	82.981,50	82.919,90	3.898,10	208.594,85	174.769,14	208.594,85	205.088,02	204.635,10	-	82.715,26	40421%
INVESTIMENTOS	4.067,59	-	4.067,31	83,01	83,01	7.445,25	14.943,17	-	14.942,40	1.876,61	1.873,55	25.796,85	81,14	4331%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	221.729,97	4.458,27	217.440,32	183.383,68	179.483,37	27.102,41	263.071,15	11.197,75	260.067,01	227.213,17	223.664,92	25.581,88	179.259,70	80147%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	407.707,49	375,42	394.466,10	394.203,81	370.928,24	24.559,28	414.553,87	359,25	400.161,95	399.982,99	375.524,43	24.314,81	370.552,72	98676%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.134,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	719.621,22	86.908,23	698.955,24	660.652,01	633.414,52	63.005,03	901.163,04	186.326,14	883.766,22	834.160,79	805.698,00	75.693,55	632.608,82	78517%
	2020						2019						Em R\$ Mil	%
Programa de Governo	Dotação Atual (a)	Destaque Concedido (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	Pago (e)	RP Pago* (f)	Dotação Atual (g)	Destaque Concedido (h)	Empenhado (i)	Liquidado (j)	Pago (k)	RP Pago* (l)	Variação (m)=e-k	Variação (n)=k/e
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	-	-	-	-	-	7.479,05	89.546,51	-	88.386,08	88.361,38	80.882,33	5.550,56	-80,88	-100%
OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	84.639,31	84.638,56	84.637,38	84.637,38	84.637,38	-	181.835,82	181.835,82	181.835,82	181.835,82	181.835,82	-	84.455,55	46446%
BIODIVERSIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,35	-	-

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.134,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTAVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS	124.314,83	2.100,54	123.694,67	104.109,51	103.302,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.302,78
PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCENDIOS NOS BIOMAS	21.663,53	-	21.259,00	14.242,64	12.608,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.608,89
CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTAVEL DA BIODIVERSIDADE	-	-	-	-	-	27.951,09	221.975,67	4.240,33	220.689,65	182.737,25	180.506,16	48.452,53	-180,51	-100%	
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	-	-	-	-	-	27.574,89	407.805,04	250,00	392.854,67	381.226,34	362.473,70	21.675,11	-362,47	-100%	
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	485.868,89	169,13	469.364,19	457.662,48	432.865,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	432.865,48
Total Geral	719.621,22	86.908,23	698.955,24	660.652,01	633.414,52	63.005,03	901.163,04	186.326,14	883.766,22	834.160,79	805.698,00	75.693,55	199.743,35	-12%	

* RP Pago: Restos a pagar processados e não processados pagos

Anexo 4
Balanço das capacitações
de servidores





MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL